



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

EDILENE LIRA DA SILVA

ENTRE A ILEGALIDADE E O DIREITO À MORADIA
(re)urbanização na ressaca do Pacoval – Macapá/AP

MACAPÁ - AP
2017

EDILENE LIRA DA SILVA

ENTRE A ILEGALIDADE E O DIREITO À MORADIA
(re)urbanização na ressaca do Pacoval – Macapá/AP

Monografia apresentada ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal do Amapá como requisito parcial para
obtenção do título de graduação em
Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Dr. Jadson Luís Rebelo Porto

Co-orientador: Ms. Elizeu Corrêa dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

720

S586e Silva, Edilene Lira da.

Entre a ilegalidade e o direito à moradia: (re)urbanização na ressaca do Pacoval – Macapá/AP / Edilene Lira da Silva; orientador, Jadson Luís Rebelo Porto; coorientador, Elizeu Corrêa dos Santos. – Macapá, 2017.
99 p.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do curso de Arquitetura.

1. Urbanização – Amapá. 2. Arquitetura – Espaço urbano – Amazônia.
3. Desenvolvimento habitacional. I. Porto, Jadson Luís Rebelo, orientador. II. Santos, Elizeu Corrêa dos, coorientador. III. Fundação Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

EDILENE LIRA DA SILVA

**ENTRE A ILEGALIDADE E O DIREITO À MORADIA:
(re)urbanização na ressaca do Pacoval – Macapá/AP**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Arquitetura e Urbanismo, sendo considerado satisfatório e aprovado em sua forma final pela banca examinadora.

Macapá, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Jadson Porto (UNIFAP)

1º Examinador: Prof. Ms André Coelho (UNIFAP)

2º Examinador: Katrícia Corrêa (UNIFAP)

--

*Aos meus pais, Elisa e Fernando.
Eu os amo.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre apoiaram as minhas escolhas, e se dispuseram a fazer o que fosse necessário para que eu alcançasse os meus objetivos.

Aos meus irmãos Emerson, Ernande, Elizandra, Francisco, Elizeth e Eliete, que sempre me incentivaram e cuidaram de mim.

Aos amigos da graduação, por terem tornaram esta jornada mais alegre e menos cansativa.

Ao meu companheiro Jodival, pelo incentivo, paciência e apoio mútuo.

“[...] o urbano tanto pode ser mais, como pode ser menos que a cidade; e que, sem o entendimento desta, considerada em uníssono como corpo e ação, a interpretação do urbano é frequentemente acanhada e insuficiente.”

(Milton Santos)

RESUMO

A cidade é o principal palco da configuração econômico-financeira moldada no contexto global pós-industrial. No sistema capitalista, o espaço urbano é influenciado pela dinâmica do modo de produção capitalista, uma vez que, a produção, o consumo e a urbanização do espaço nas cidades estão inseridos em um processo de reprodução de capital, são guiados pelos ditames da propriedade privada e geridos pela necessidade do capital de valor excludente. Deste modo, a urbanização brasileira acomete a população menos favorecida economicamente e financeiramente, e ocasiona um notório contraste na organização espacial e social das cidades, apresentando um cenário de reprodução excludente do espaço urbano, onde uma grande parcela da população das cidades é colocada em situação de marginalização relativa ou absoluta, vivendo na precariedade no que diz respeito ao acesso à moradia, equipamentos urbanos e serviços públicos, e, conseqüentemente, na precariedade no acesso à cidade. A presente pesquisa se propõe a discutir a legalidade e a ilegalidade do morar no cenário nacional, e em especial na ressaca do Pacoval, uma área de proteção permanente ocupada por uma parcela da população de baixa renda da cidade de Macapá/AP. Revisões bibliográficas, mapas temáticos e visitas exploratórias ao local fazem parte da metodologia adotada, que auxiliaram na compreensão das condições de habitabilidade da população, e que objetivaram o desenvolvimento de um projeto urbanístico de cunho habitacional, que tem com intuito levar infraestrutura suficiente para o desenvolvimento das atividades básicas cotidianas, e tendo como consequência a melhora na qualidade de vida da população local.

PALAVRAS-CHAVES: Urbanização brasileira. Legalidade e ilegalidade. Ressaca do Pacoval.

ABSTRACT

The city is the main point of the economic-financial configuration framed in the post-industrial global context. In the capitalist system the urban space is influenced by the dynamics of the capitalist production mode, since the production, consumption and urbanization of space in cities are inserted into a capital reproduction process, and are guided by the fundamentals of private property and managed by the necessity of excluding capital value. Therefore, the Brazilian urbanization affects the population less favored economically and financially, and causes a evident contrast in the spatial and social organization of cities, presenting a exclusionary reproduction scenario of urban space, where a large portion of the population of the city is placed in a situation of relative or absolute marginalization, living in precariousness with regard to access to housing, urban infrastructure and public services, and consequently the precarious access to the city. This research propose discuss the legality and illegality of living on the national scene, especially in the flooded areas of Pacoval, a permanent protection area occupied by a portion of the low-income population of the city of Macapa/AP. Bibliographic review, thematic maps and exploratory site visits are part of the methodology adopted, which assistance in understanding of living conditions of the population, and which aimed to develop an urban design residential nature, which has the goal of take sufficient infrastructure for development the daily basic activities, and resulting in the improved quality of life of the local population.

KEYWORDS: Brazilian urbanization. Legality and illegality. Flooded areas of Pacoval.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da unidade administrativa do Estado do Amapá.....	16
Figura 2 - Mapa de localização da ressaca do Pacoval	18
Figura 3 - Mapa de localização da cidade de Macapá.....	37
Figura 4 - Ressaca no seu estado natural.....	43
Figura 5 - Macapá de localização da ressaca do Pacoval no perímetro urbano de Macapá...	50
Figura 6 - Lago do Pacoval em 1960.....	52
Figura 7 - Evolução da ocupação na ressaca do Pacoval	53
Figura 8 - Palafitas	54
Figura 9 - Residências palafíticas na ressaca do Pacoval.....	55
Figura 10 - Passarelas de circulação na ressaca do Pacoval.....	56
Figura 11 - Distribuição de energia elétrica na ressaca do Pacoval	57
Figura 12 - Rede de Abastecimento de água na ressaca do Pacoval	60
Figura 13 - Descarte do esgoto sanitário na ressaca do Pacoval	61
Figura 14 - Descarte de resíduos sólidos na ressaca do Pacoval.....	62
Figura 15 - Mapa da rede de águas ligadas à ressaca do Pacoval	66
Figura 16 - Vegetação na ressaca do Pacoval	69
Figura 17 - Principais vias nas imediações da ressaca do Pacoval.....	70
Figura 18 - Mapa de hierarquia viária nas imediações da ressaca do Pacoval.....	71
Figura 19 - Vias locais nas imediações da ressaca do Pacoval.	72
Figura 20 - Vias Coletoras nas imediações da ressaca do Pacoval	73
Figura 21 - Calçadas como vitrine de mercadorias	74
Figura 22 - Mapa de usos e ocupação do solo nas imediações da ressaca do Pacoval	75
Figura 23 – Uso do solo para fins comerciais e residenciais.....	76
Figura 24 - Uso comercial e misto do solo.....	76
Figura 25 - Uso institucional do solo	77
Figura 26 - Uso do solo para fins religioso e educacional	78
Figura 27 - Recorte da ressaca do Pacoval.....	81
Figura 28 - Identificação das vias que dão acesso às moradias do recorte selecionado.....	82
Figura 29 - Passarelas (à esquerda, figura A) e vias em terra firme (à direita, figura B).....	83
Figura 30 - Orientação do Sol e dos ventos.....	84
Figura 31 - Corte do relevo	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programa de necessidades urbano	89
Figura 2 - Programa de necessidades das habitações	90

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana

APP – Preservação Permanente

BASA – Banco da Borracha em Banco de Desenvolvimento da Amazônia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CIOSP – Centro Integrado de Aplicação de Segurança Pública

ICOMI – Indústria de Comércio e Minério S.A.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

ONU – Organização das Nações Unidas

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

PIDESC – Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: (DES)CONSTRUÇÕES DE UM PAÍS EM TRANSFORMAÇÃO.....	20
1.1 Reflexos da urbanização corporativista.....	22
1.2 Da urbanização à (des)urbanização: o surgimento da cidade (i)legal	26
1.3 Legal x ilegal: realidades no cenário nacional.....	29
1.4 Da crise da moradia ao direito à moradia	31
2 MACAPÁ: REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA	36
2.1 Considerações sobre a urbanização em Macapá e a ocupação nas áreas de ressaca	38
2.2 Ressaca: significado e função.....	42
2.3 Marcos regulatórios aplicáveis às áreas de ressaca	44
3 RESSACA DO PACOVAL: ANÁLISE E DIAGNOSE	49
3.1 Localização	50
3.2 Histórico da ocupação na área ressaca do Pacoval.....	51
3.3 Condições de habitabilidade	54
3.3.1 Residências	54
3.3.2 Fornecimento de energia elétrica	56
3.3.3 Saneamento básico.....	58
3.4 Meio físico	63
3.4.1 Características climáticas	63
3.4.2 Geomorfologia.....	65
3.4.3 Hidrografia.....	65
3.5 Meio biótico	67
3.5.1 Fauna	68
3.5.2 Flora.....	68
3.6 Meio urbano	69
3.6.1 Mobilidade urbana	69
3.6.2 Uso do solo.....	74
3.7 Do diagnóstico ao projeto.....	78
4 O RECORTE NA RESSACA DO PACOVAL E SUA CARACTERIZAÇÃO	81
4.1 Recorte da área	81

4.2	Acessos	82
4.3	Orientação do sol e dos ventos	83
4.4	Conformação do relevo	84
4.5	Caracterização da clientela	85
5	O PROJETO DE REURBANIZAÇÃO PARA A RESSACA DO PACOVAL	87
5.1	Premissas e tema projetual	87
5.2	Programa de necessidades urbano	88
5.3	Conceito	89
5.4	Abordagens sobre a proposta de urbanização	90
5.4.1	Habitações	90
5.4.2	Saneamento básico.....	91
5.4.3	Arranjo espacial e conexões viárias	92
5.4.4	Espaços de convívio	93
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
	APÊNDICE A	100

INTRODUÇÃO

Entre 1950 e 2010 a reprodução do espaço urbano no panorama nacional foi marcada pelo grande fluxo migratório e os altos índices de crescimento demográfico. A intensidade e o curto espaço de tempo em que se desencadearam os referidos processos inflamaram as cidades e geraram reflexos no que diz respeito à urbanização no país.

A forma como se configura o desenvolvimento econômico no Brasil tem como consequências a concentração da propriedade fundiária, a intensa especulação imobiliária e a grande desigualdade na distribuição de renda entre as camadas da população. Esses fatores, aliados à ineficácia do poder público em ofertar infraestrutura a toda à população, resultaram em implicações significativas na forma de urbanização brasileira, ocasionando o notável contraste existente na organização espacial e social nas cidades e no território nacional. Nesse cenário de reprodução excludente do espaço urbano, uma grande parcela da população das cidades é colocada em situação de marginalização relativa ou absoluta, vivendo na precariedade no que diz respeito à moradia e ao acesso à cidade, como também aos equipamentos urbanos e serviços públicos.

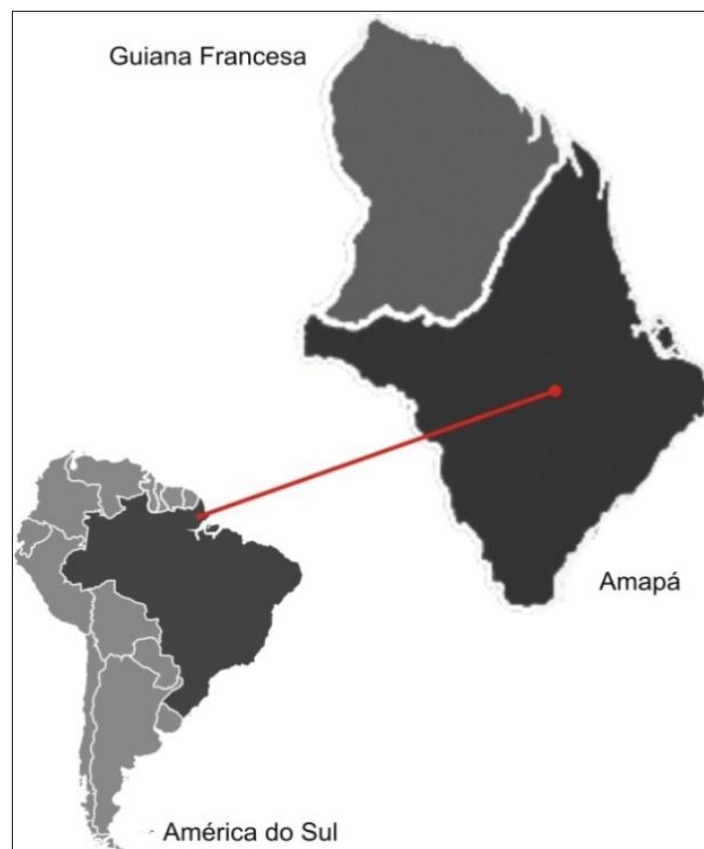
Nesse contexto, surge a ilegalidade urbana no país referente ao acesso à terra e à moradia, tendo em vista que uma grande parcela da população (que é marginalizada no processo de urbanização e excluída dos avanços do processo econômico) acaba ocupando irregularmente áreas públicas ou privadas, áreas de proteção ambiental, dentre outras. De modo que, esta é, para muitos, a única alternativa para suprir a necessidade de habitar.

A informalidade urbana brasileira tem raízes históricas e está associada, principalmente, ao sistema político, à ineficácia da regulamentação urbanística, bem como às políticas públicas do atual urbanismo brasileiro, que desconsidera a verdadeira configuração e forma de produção das cidades, favorecendo a reprodução da situação de ilegalidade e irregularidade do morar no panorama nacional. Essa lógica, de reprodução do espaço urbano e a discrepância existente na organização e distribuição espacial da população no solo urbano, resulta na distinção de entre cidade legal e ilegal.

Partindo da abordagem de ilegalidade urbana no que se refere ao acesso à terra e à moradia, as ocupações nas áreas de *ressaca*¹ em Macapá, capital do Estado do Amapá, são estabelecidas como as porções ilegais da cidade, e adotadas como área de estudo na presente pesquisa.

O Estado do Amapá localiza-se na margem esquerda da foz do rio Amazonas, cortado pela linha do Equador e possui fronteira com a Guiana Francesa e Suriname (Figura 1). É um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil, juntamente com Roraima e Tocantins (transformados em estados pela Constituição Brasileira de 1988), e sua origem, como integrante da federação brasileira, é decorrente de sua criação como Território Federal em 1943².

Figura 1 - Mapa de localização da unidade administrativa do Estado do Amapá.



Fonte: Autora (2016).

¹ Áreas úmidas inundáveis periodicamente, e regionalmente denominadas “*ressacas*”. Vide Maciel (2001); Silva e Silva (2001); Souza (2003); e Girelli (2009).

² Vide Medeiros (1944; 1946); Temer (1975); Mayer (1976); Freitas (1991) e; Porto (2003).

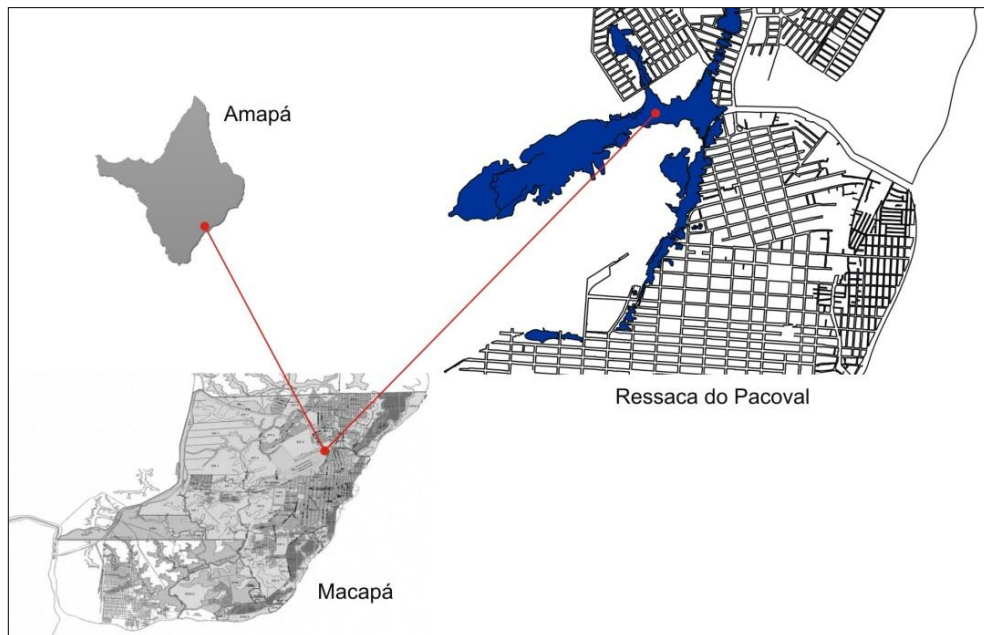
As ressacas são espaços urbanizados locais e peculiares. Esses espaços são inundáveis periodicamente, o que exige uma atenção diferenciada quanto a sua ocupação, pois a Lei nº 0835/2004, que dispõe sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressacas e várzeas localizadas no Estado do Amapá, proíbe novas ocupações e usos nessas áreas. Tal condição torna peculiar a configuração física do núcleo urbano no município, e suas ocupações são efetivadas de modo predatório em caráter ambiental e social, tendo em vista que essas áreas são de proteção permanente.

As ocupações nas áreas de ressaca são caracterizadas pela insuficiência de infraestrutura capaz de suprir as necessidades básicas de habitabilidade da população, desconsiderando o direito à moradia adequada, estabelecido constitucionalmente, e contribuindo para a perpetuação da segregação social e da vulnerabilidade socioambiental nessas áreas.

O processo de ocupações das áreas de ressaca de Macapá é um reflexo da forma excludente de urbanização e reprodução do espaço urbano que se instaura no cenário da cidade, além de surgir como uma resposta ao reclame pela necessidade de habitar da população menos favorecidas economicamente, bem como uma resposta à insuficiência de políticas para minimizar a problemática referente à crise da moradia e à ineficiência do planejamento urbano perpetrado no município.

A ressaca do Pacoval surge como recorte da área de estudo no momento que é compreendida a sua importância no contexto urbano de Macapá. Devido a sua localização estratégica, ela é a transição entre duas porções importantes da cidade, a área central e zona norte da cidade (Figura 2). A área central concentra a maior parte dos órgãos administrativos, onde a disponibilidade de serviços públicos é mais abrangente, além se concentrar grande parte do comércio. A zona norte, por outro lado, concentra a maior parte da população residente na capital do estado.

Figura 2 - Mapa de localização da ressaca do Pacoval.



Fonte: Autora (2016).

A presente pesquisa tem por objetivo geral esclarecer as dinâmicas territoriais referentes às áreas de ressaca e o desenvolvimento de um projeto de reurbanização na ressaca do Pacoval, a fim de promover o direito à moradia adequada, conciliado com meio físico das áreas de ressaca. A proposta de reurbanização parte da premissa de que o principal problema ambiental e social das ocupações nas ressacas não é a sua ocupação em si, mas as formas com são ocupadas essas áreas, haja vista que não há infraestrutura suficiente que possibilite o acesso aos meios que melhorem a qualidade de vida (esgoto sanitário, água, energia elétrica, coleta de lixo) caracterizando a insalubridade no morar, e, conseqüentemente, a degradação ambiental e social.

Dentro desse objetivo geral, aspectos específicos são incluídos, entre eles: a discussão sobre a urbanização no Brasil; conceituação e caracterização da cidade legal e cidade ilegal; discussão a respeito do ilegal e do direito à moradia referente às ocupações nas áreas de ressaca de Macapá; a análise das condições de habitabilidade na ressaca do Pacoval; e a produção de um projeto urbano de cunho habitacional a nível preliminar para uma faixa da ressaca do Pacoval.

No decorrer da pesquisa foram utilizadas as seguintes ferramentas metodológicas: revisão da literatura, visitas exploratórias e aplicação de questionários. A revisão da literatura

diz respeito ao levantamento bibliográfico sobre o processo de urbanização e reprodução do espaço urbano no Brasil e os seus reflexos na Região Amazônica, no Estado do Amapá e no Município de Macapá. Foram efetivados também os levantamentos referentes às discussões já existentes sobre a ilegalidade do morar no cenário nacional; sobre a ilegalidade do morar nas áreas de ressaca no Município de Macapá; e sobre a área de estudo, a ressaca do Pacoval.

As visitas exploratórias e aplicação de questionários foram realizadas entre julho e novembro de 2016 e tiveram o objetivo de averiguar as condições de habitabilidade na área de ressaca, além de analisar as relações e vínculos que estão estabelecidos entre os moradores e a área estudada.

Para melhor sistematização das informações obtidas, a presente pesquisa foi dividida em sete itens: cinco capítulos, considerações finais e referências bibliográficas. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico, que discute o processo de urbanização no Brasil, a urbanização corporativista e os seus reflexos na reprodução do espaço urbano no panorama nacional, além de ser exposta e caracterizada a cidade legal e a cidade ilegal, discute, ainda, a legalidade e a ilegalidade no país. O capítulo é finalizado com uma abordagem sobre o direito à moradia adequada.

O segundo capítulo faz um breve resumo histórico sobre o processo de urbanização na Amazônia, no estado do Amapá e na cidade de Macapá, expondo os principais fatores que desencadearam na ocupação das áreas de ressaca pela população de baixa renda. Em seguida é efetivada a conceituação e determinação das funções biológicas dessas áreas para o meio natural e urbano, e, por fim, ressalta os marcos regulatórios em âmbito federal, estadual e municipal que dizem respeito ao tema.

O terceiro capítulo contém as análises do sítio e o diagnóstico abrangendo a ressaca do Pacoval e suas imediações. O quarto capítulo traz informações referentes ao recorte da área de estudo estabelecido para o desenvolvimento da proposta de reurbanização. As informações contidas nesse ponto do texto tem a intenção de auxiliar na proposta projetual ao vincular as inferências teóricas à realidade encontrada. E no quinto capítulo, é apresentada a proposta de reurbanização para essa área. Logo após é exposto as considerações finais, e em sequência, as referências bibliográficas.

1 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: (DES)CONSTRUÇÕES DE UM PAÍS EM TRANSFORMAÇÃO

O processo de urbanização no país é relativamente recente, propagou-se a partir de meados do século XX e desencadeou transformações radicais na estrutura e nas formas de redes urbanas, além de configurar-se como um dos determinantes estruturais de constituição da sociedade brasileira, articulado a um conjunto de transformações econômicas, políticas e demográficas³.

Partindo de uma configuração de núcleos urbanos esparsos, litorâneos e desarticulados, a rede urbana brasileira passou por incorporar localidades urbanas de porte considerável em todos os pontos do território. Entretanto, nesse sentido, não foi só o território que acelerou o seu processo de urbanização, mas a própria sociedade brasileira se transformou cada vez mais urbana. “O Brasil alcançou nesse século a urbanização da sociedade e a urbanização do território, logo após um logo período de urbanização social e de territorialidade seletiva” (SANTOS, 1993, p. 09). O espaço urbano nacional passou a ser o locus privilegiado das atividades econômicas mais relevantes e de uma grande parcela da população.

Dentre os diversos fatores responsáveis pelo avanço da urbanização no país, os que ganham grande destaque é a industrialização tardia e a modernização das atividades agrícolas, que se afirmam no cenário nacional, a datar do ano de 1930⁴. Nesse período houve o fortalecimento da economia interna, ocasionando o grande desenvolvimento das forças produtivas e a modernização da sociedade, ensejando a incorporação do processo de urbanização às profundas transformações estruturais pelas quais passavam a sociedade e a economia nacional.

Por conseguinte, a urbanização assume uma dimensão estrutural, uma vez que grande parte do território se urbaniza, e esse momento coincide com o grande ciclo de expansão das migrações. O grande número de migrantes é o maior elo entre as mudanças estruturais pelas

³ Vide Santos (1993); Maricato (2001; 2002) e Oliven (2010).

⁴ Vide Martine (1991); Santos (1993; 2006) e Maricato (2001; 2002).

quais passavam a sociedade e a economia brasileira, e resultou na aceleração do processo de urbanização⁵.

Segundo Santos (1993), no ano de 1930, a urbanização brasileira se generaliza e a terceirização da economia são fatos notáveis. No entanto, é a partir de 1940 que se verifica uma verdadeira inversão da população rural em urbana. Maricato (2001) evidencia que em 1940 a população urbana brasileira era de 26,3% do total, e em 2000 essa população passou para 81,2%, chamando a atenção para a velocidade do processo da urbanização no país.

A industrialização entra em nova etapa em 1950 e o país passa a industrializar bens duráveis e, até mesmo, bens de produção. Essa alteração de caráter produtivo na indústria promove mudanças significativas na paisagem urbana das cidades brasileiras, conduzindo transformações no modo de vida da sociedade, como destaca Maricato (2001, p. 19):

Com a massificação do consumo dos bens modernos, especialmente os eletroeletrônicos, e também do automóvel, mudaram radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homoganeamente moderna. Ao contrário, os bens modernos passaram a integrar um cenário onde a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou no padrão de urbanização dos bairros da periferia.

Desse momento em diante, o processo de urbanização se fortifica e o crescimento demográfico se intensifica nas cidades do país, sobretudo, as cidades da região sudeste. Esse crescimento é resultado de uma taxa de natalidade elevada e uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria das condições de vida da população e o próprio processo de urbanização.

No entanto, a urbanização causou reflexos negativos para as cidades, e umas das principais problemáticas urbanas, oriundas do processo de urbanização, foi o crescimento das ocupações ilegais e irregulares, que são invasões em terras públicas ou privadas, geralmente para fins de moradia, realizadas pela população menos favorecida economicamente.

⁵ Vide Martine (1990; 1991); Santos (1993); Maricato (2002); Oliven (2010) e Matos (2012).

Os aglomerados irregulares passaram a crescer muito nas últimas décadas do século XX, e, na maioria das vezes, mais rápido que os bairros regulares. Um dos principais motivos para o crescimento das ocupações irregulares nas cidades foi a transferência da população rural para as cidades, por causa das precárias condições de vida no campo, e atraídas pelas oportunidades de empregos na indústria, no comércio e nos serviços.

Outro reflexo do processo de urbanização das cidades brasileiras é o crescimento urbano tecnicamente desordenado, resultando em problemas socioambientais em diversas parcelas das cidades⁶. A ineficácia do poder público em disponibilizar serviços e equipamentos urbanos coletivos ocasionou na multiplicação de bairros com infraestrutura deficiente, e o aumento gradativo de habitações em áreas de risco naturais.

A urbanização quando não acompanhado de um grande investimento em infraestrutura básica (abastecimento de água, esgoto sanitário, fornecimento de energia elétrica, limpeza urbana, pavimentação das vias, drenagem urbana, manejo dos resíduos sólidos e manejo das águas pluviais) produz áreas pobres e marginalizadas. As áreas sem infraestrutura são desconsideradas pela especulação imobiliária, tornando-se, assim, menos valorizadas, e acabam sendo ocupadas pelas populações de baixa renda. Dessa forma, é possível afirmar que a expansão urbana reflete uma organização do espaço que reproduz e acentua desigualdades econômicas e sociais.

1.1 Reflexos da urbanização corporativista

A urbanização passou e ainda sobrevêm por todas as regiões do país, mesmo que em níveis e formas diferentes, e ocasionou nas diferentes modalidades dos impactos da modernidade sobre o território nacional. Os impactos territoriais, advindos da urbanização, deixaram todas as cidades brasileiras expostas a problemáticas urbanas semelhantes, distintas apenas em grau de intensidade⁶.

⁶ Vide Santos (1993); Lefebvre (2001) e Maricato (2002).

Nas condições da globalização, novas fontes de riqueza e novas razões de pobreza vêm se estabelecendo nas cidades brasileiras, e as problemáticas urbanas estão diretamente relacionadas ao padrão de urbanização corporativa e à privatização do território. Essa forma de urbanização é empreendida sob os interesses das grandes corporações empresariais, como consequências de uma expansão do capitalismo, e onde a cidade é o principal palco da economia pós-industrial.

Santos (2006) explica que, na medida em que o território brasileiro se tornou fluído, as atividades econômicas modernas se difundiram, e uma cooperação entre empresas se impôs, produzindo uma tipologia variável de empresas, que cobrem vastos territórios, unindo pontos diferentes sob uma mesma lógica particularista.

O capital necessita da criação de condições físicas que facilitem a sua reprodução (meios de comunicação e de transporte) e se instala primordialmente em espaços que prontamente usufruem dessa infraestrutura, tendo o poder público com principal fornecedor dos sistemas de engenharias compreendido em comunicação e transporte. Seguindo essa lógica, os sistemas de engenharias que propiciam a reprodução do capital, e que, igualmente, permite a cooperação entre empresas são constituídos de recursos públicos. Desta forma, as redes criadas pelas empresas acabam tendo utilização privilegiada dos recursos públicos, caracterizando, assim, a privatização do território.

Segundo Santos (2006), o direcionamento de recursos públicos, em benefícios das grandes empresas, está associado à ideologia desenvolvimentista dos anos 1950, e posteriormente, a ideologia do crescimento e do Brasil potência⁷. A ideologia do Brasil potência consistia em um pensamento geopolítico instaurado durante a ditadura militar e defendia a ideia de que países de dimensões continentais e recursos naturais abundantes estariam destinados a serem potências mundiais. Desse modo, a expectativa era que a estratégia de direcionamento dos recursos públicos à rede privada permitisse que o país aumentasse suas exportações para que pudessem se equipar melhor e mais rapidamente.

⁷ Vide Mattos (1970; 1976; 1977) e Oliveira (2014).

Seguindo a lógica em que o Estado direciona recursos públicos em benefícios das grandes empresas, o resultado é que por um lado, ao dar prioridade aos gastos privados em benefício dos interesses de algumas empresas, os governos geram receitas, como os pagamentos de impostos, que minimiza as penúrias dos cofres públicos. Por outro lado, ao canalizar o dinheiro em privilégio do capital privado, o poder público não consegue dar resposta aos reclames sociais da população excluídas desse processo econômico.

Neste contexto, na medida em que as grandes corporações empresariam e arrastam a sua lógica, outras empresas com características diferentes, como industriais, agrícolas e de serviços, também influencia fortemente o comportamento do poder público em todas as suas esferas, indicando-lhes formas de ações subordinadas⁸.

O fato das corporações empresariais encorajarem o poder público, seguindo quaisquer que seja a forma de convicção, a construção dos sistemas de engenharias necessárias para a reprodução do seu capital, e o poder público decide realizar as obras em questão, exibe o fortalecimento do processo de produção do espaço corporativista, além de exacerbar a privatização do território.

Pode-se afirmar que o comando da vida econômica e social, além da dinâmica territorial do Brasil, está restrito a um número limitado de empresas. As grandes corporações empresariais além de deterem poderes e privilégios no processo econômico do país, igualmente participam do processo político de reprodução do espaço. Assim, “o território brasileiro pode ser adjetivado como um *“território corporativo”*, do mesmo modo como as cidades podem ser chamadas de *“cidades corporativas”*, já que dentro delas idênticos processos se verificam” (SANTOS, 2006, p. 291).

A urbanização corporativa reproduz uma cidade caótica, com diversas problemáticas urbanas oriundas da ineficácia do poder público em disponibilizar a toda sociedade a infraestrutura que oferece às corporações empresariais e às classes sociais mais favorecidos economicamente.

⁸ Vide Santos (1990; 1993); Ribeiro (2004) e Harvey (2006).

Ao discutir a organização internas das cidades brasileiras, Santos (1993) elenca diversas características da urbanização corporativa, ele as denomina de categorias espaciais, sendo elas: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestrutura, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, periferação da população e os vazios urbanos. As categorias espaciais, aliadas às dimensões da pobreza e de seus componentes geográficos, geram um modelo específico de centro-periferia nas cidades, essa realidade sustenta o crescimento urbano excludente e a perpetuação dessas características na reorganização do espaço urbano no cenário nacional.

Santos (1993) explica que na organização das cidades brasileiras quanto menor a aglomeração urbana, menor é a diversidade de sua ecologia social. Porém, quanto mais populosa e mais espreada, mais diferenciadas são as atividades e a sua estrutura de classes. Quanto maior as cidades, mais visível se tornam as mazelas provenientes do processo de urbanização corporativa, deixando observar melhor suas diferenciações e suas características. Para o autor,

As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema de acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residência também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferação da população mais pobre e, de novo, o aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos, como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso (SANTOS, 1993, p 96).

O próprio poder público torna-se criador privilegiado da escassez e estimula assim a especulação. A especulação, por sua vez, alimenta toda essa dinâmica, tornando-se marcante no cenário das cidades brasileiras e principalmente nas grandes cidades, onde ela sobrepõe o sítio social ao sítio natural, e, como consequência, inicia uma disputa entre atividades ou pessoas por determinadas localizações nas cidades. Todavia, essa dinâmica e, conseqüentemente, as problemáticas urbanas derivadas dela, podem ser aplicadas em quaisquer que sejam as cidades, independentemente do tamanho dos aglomerados, diferenciadas somente em grau de intensidade.

O processo especulativo marcante no cenário urbano decorre do crescimento das cidades e da implantação de infraestrutura e serviços coletivos. O capital monopolista agrava a diferenciação quanto à adoção de recursos e para onde eles se destinam, posto que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social, agravando o processo de crescimento urbano excludente.

Neste seguimento, o poder público tem o histórico de investimentos regressivos, já que os sistemas de engenharias, em especial as obras de infraestrutura urbana, alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia.

Proprietários de terras e capitalistas das áreas de produção imobiliária e construção são grupos reais de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais (MARICATO, 2002). Assim, a urbanização brasileira é feita de maneira excludente, visto que no cenário da cidade corporativa os esforços para aprimoramento de infraestrutura e equipamentos é primordialmente destinado à rede de empresas, e para o grosso da população, os menos privilegiados economicamente e socialmente, os esforços são praticamente residuais.

1.2 Da urbanização à (des)urbanização: o surgimento da cidade (i)legal

Seguramente, a urbanização foi o principal evento do século XX, e, pelas perspectivas, a cidade continuará sendo o campo da configuração econômico-financeira moldada no contexto global pós-industrial. O processo de industrialização caracteriza-se como o peremptório das transformações na sociedade moderna, e Lefebvre (2001) o define como o efetivador da urbanização e da problemática do urbano; alocando estas não como causas, mas sim como efeitos da sociedade urbana e da realidade social que nasce a partir do período aludido.

Segundo Fernandes (2008a), no panorama dos países em desenvolvimento, estima-se que entre 40% e 70% da população vive na ilegalidade, no que diz respeito às formas de acesso ao solo urbano e à produção de moradias. No contexto nacional, Maricato (2002)

assegura que o crescimento das ocupações irregulares e favelas está relacionado ao urbanismo brasileiro (entendido como planejamento e regulação urbanista) onde o próprio não tem comprometimento com a realidade concreta do país, mas com uma ordem que relaciona-se com apenas uma parte da cidade. Para a autora, o planejamento se aplica a uma parcela da sociedade, reafirmando e produzindo desigualdades e privilégios.

O acesso informal à terra, a ausência de regulamentação fundiária, a reprodução irregular de moradias e a dificuldade no acesso a serviços e equipamento urbanos são características da atual lógica excludente de reprodução do espaços urbano usual às cidades brasileiras⁹. A ausência de áreas urbanizadas, com preços acessíveis a uma grande parcela da população, acaba por ocasionar a ocupação irregular em terras invadidas, áreas de proteção ambiental, dentre outras. Áreas insalubres, inadequadas a exercerem a função de moradia, algumas suscetíveis a riscos ambientais e problemas sociais.

A ineficácia da regulamentação urbanística e das políticas públicas do atual urbanismo brasileiro favorece a reprodução da situação de ilegalidade do morar no cenário nacional. No processo de crescimento urbano, a lógica do mercado imobiliário propicia a divisão da cidade em “*cidade legal*” e “*cidade ilegal*” (MARICATO, 2002; ROLNIK, 2006).

A cidade legal é assinalada como a parcela da cidade contemplada pela atuação do poder público que busca suprir as necessidades de infraestrutura, além de ser valorizada pelo mercado imobiliário. Ao mesmo tempo, a cidade ilegal se refere à porção irregular da cidade, segregada socialmente e espacialmente, e não reconhecida pelo poder público em termos de planos urbanísticos. “A exclusão urbanista, representada pela gigantesca ocupação irregular, é ignorada na representação da ‘*cidade oficial*’” (MARICATO, 2002, p. 222). A cidade ilegal é desconhecida em dimensões e característica pelo urbanismo brasileiro, onde não há ordem e, na maioria das vezes, não há planos.

A discrepância existente na organização e distribuição espacial da população no solo urbano, resultando na distinção de parcelas da cidade entre legal e ilegal, está inteiramente

⁹ Vide Maricato (2002); Rolnik (2006) e Fernandes (2008).

ligada aos agentes produtores do espaço urbano e a atual lógica de reprodução do mesmo no contexto da cidade pós-período industrial.

O espaço urbano é um produto social, intencional e complexo, produzido a partir das intervenções de diferentes agentes sociais, que através de suas ações materializam e modificam a cidade. São eles: “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 2012, p. 44). Este grupo de agentes sociais possuem interesses próprios e, através de suas ações e estratégias, modelam o espaço urbano.

Harvey (1980) aponta que no sistema capitalista, o solo urbano ganha relevância como meio de acesso à cidade, seus serviços e benefícios, sendo assim, pode ser entendido como uma mercadoria; deste modo, o solo urbano possui dois valores, o valor de uso (de utilidade) e o valor de troca. No sistema capitalista, os detentores do solo urbano possui duplo interesse na propriedade da terra. “Ao mesmo tempo com o valor do uso atual e futuro como valor de troca potencial ou atual, tanto agora como no futuro” (HARVEY, 1980, p. 136). Os valores do solo estão diretamente vinculados a dois fatores, a demanda pelo solo urbano e a sua localização na cidade, sendo as características de sua localização fundamentais e influenciadoras na definição dos seus valores.

No processo de crescimento urbano do cenário capitalista, onde a cidade é vista como meio de aquisição de lucros, os agentes sociais do setor imobiliário e incorporadores estabelecidos por Corrêa (2012) ganham visibilidade. Além de participarem do processo econômico, possuem papel político na reprodução do espaço urbano, pois são responsáveis por controlar boa parte do processo de urbanização na cidade, estabelecendo as áreas onde passarão por este processo e para quais classes sociais estas serão destinadas.

Comumente, as novas áreas urbanizadas são destinadas para as classes sociais mais elevadas e possuem altos valores de mercado, gerando um maior lucro que o setor imobiliário pode obter. Diante desse cenário, de terras urbanizadas a preços muito altos, as classes menos favorecidas não conseguem ter acesso a terras regulamentadas e com infraestrutura. Como única alternativa, passam a habitar na porção irregular da cidade, áreas descartadas pelo

mercado imobiliário, geralmente afastadas dos núcleos urbanos e/ou carentes de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos.

Para sanar e/ou minimizar esse marcante contraste na distribuição socioespacial no cenário nacional é necessário promover o acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos já existentes, e democratizar o acesso à terra e à moradia. Porém, essas ações precisam ser materializadas mediante políticas públicas urbanas e ambientais que combatam a especulação imobiliária e fundiária, uma vez que a especulação é o principal processo que alimenta toda a dinâmica de organização interna das cidades e a reprodução do espaço urbano excludente no cenário nacional.

1.3 Legal x ilegal: realidades no cenário nacional

O cenário caótico e segregador das cidades brasileira não é decorrente da falta de planejamento e de legislação urbanística, como está entranhada na visão senso comum. Na verdade, o Brasil possui um vultoso aparato regulatório que normatiza a reprodução do espaço urbano. A regulamentação urbanística brasileira é baseada no ideário do positivismo jurídico e do legalismo liberal e desconsidera a atual forma de organização da sociedade, onde o ilegal é a maneira, por excelência, da organização social brasileira.

A regulamentação urbanística adotada no país não expressa as novas relações intergovernamentais, as novas relações entre o Estado e a sociedade, além de não suprir as demanda por participação popular nas decisões políticas e não reconhece os direitos coletivos. “Os princípios jurídicos da regulamentação urbanística são formulados por corporações profissionais que desconsideram as condições de ilegalidades em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra” (MARICATO, 2002, p. 147).

Para Fernandes (2008b), a ilegalidade urbana brasileira não é apenas resultado da ação do mercado de terras e do sistema político, ela é produzida pela própria lei. A legislação

urbanística possui um papel expressivo na construção segregadora das cidades e na dinâmica do mercado imobiliário formal e informal. Quando a legislação urbanística determina o que pode ou não acontecer em uma parcela do solo, um exemplo é a criação de áreas de preservação ambiental em perímetros urbanos já ocupados, ela acaba por delimitar a distribuição das possibilidades econômicas daquele solo, porém, muitas vezes não abole a ação do mercado imobiliário na referida área. Nesse sentido, a legislação urbanística interfere no valor das terras ao atribuir determinados usos.

A exclusão social da população carente é favorecida pela lógica da aplicação discriminatória da legislação urbanística, onde a ineficácia é apenas aparente, uma vez que essa ineficácia é um instrumento fundamental que tem como finalidade o exercício arbitrário da posse do poder para alguns, e favorecimento dos interesses corporativistas para outros. Nesse contexto, não há muros entre o legal ou ilegal no país, trata-se de uma rede e um emaranhado de relações, de interpretações e de ações. A ilegalidade e informalidade do morar no Brasil não se restringem somente aos pobres, há ilegalidade de alto padrão, como nos casos dos condomínios, os loteamentos fechados e o acesso às praias no litoral brasileiro.

Fernandes (2008a) explica que os condomínios e os loteamentos fechados são um caso de ilegalidade devido ao fato de não cumprirem as exigências urbanísticas, tendo em vista que constitucionalmente o sistema viário é um bem comum de todos e pertencente ao patrimônio público municipal. No que se refere ao litoral brasileiro, as praias são bens comuns a todos, mas o acesso a ela, em grande parte do litoral brasileiro, só pode ser realizado pelo mar, devido ao fato de que grandes extensões são fechadas e privatizadas.

Segundo Maricato (2002), as ocupações ilegais de terra urbanas não são só permitidas, como fazem parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil. “A ilegalidade urbana deixou de ser exceção e virou uma regra, ela é estrutural e estruturadora dos processos de produção da cidade e precisa ser enfreada com tal” (FERNANDES, 2008, p.54).

É de senso comum dizer que no Brasil existem “leis que pegam” e “leis que não pegam”, mas, para Maricato (2003), tudo depende das circunstâncias e dos interesses envolvidos. Quando a ilegalidade urbana é advinda das classes sociais mais privilegiadas, são mais toleradas e mesmo mais justificadas do que a ilegalidade provida dos grupos menos

favorecidos. Nos casos da ilegalidade de alto padrão, a regra tem sido a impunidade. E as práticas do planejamento urbano se assemelham a esse panorama, onde frequentemente partes dos planos urbanísticos ou, como muitas vezes acontece, ele todo, é aplicado apenas a uma parte da cidade. Seguindo a lógica da cidadania restrita somente a alguns, ou seja, as classes sociais mais privilegiadas economicamente.

Para Fernandes (2008a) parece haver no Brasil “graus de legalidade” ou “graus de ilegalidade”. Seguindo os princípios básicos, o que não é legal é ilegal, e isso por si só deveria justificar a ação do Estado, mas em suma, não é o que acontece. Em tese, o que ocorre é uma ação repressiva do Estado quando as irregularidades partem da camada popular e uma tolerância quando a ilegalidade diz respeito às classes sociais mais privilegiadas.

A primeira atitude a ser feita para sanar a problemática urbana, no que diz respeito à forma excludente de produção e reprodução do espaço urbano nas cidades brasileiras, promovendo o direito urbanístico a todos, seria a promoção da reforma urbana no cenário nacional¹⁰. Porém, para Fernandes (2008c), não há como enfrentar esse enorme desafio que é promover uma reforma urbana no Brasil se não fizer uma profunda reforma jurídica no país. A cidade e a cidadania são o mesmo tema, e não há cidadania sem a democratização das formas de acesso ao solo urbano e à moradia nas cidades.

1.4 Da crise da moradia ao direito à moradia

O elevado déficit habitacional, tido como um dos mais graves problemas sociais dos centros urbanos, não é uma particularidade apenas das cidades brasileiras, mas sim, uma problemática histórica que teve sua gênese durante a Revolução Industrial. A partir do início do processo de urbanização, os centros urbanos obtiveram crescimento desordenado e desenfreado que se perduram com o passar dos anos (LEFEBVRE, 2001).

¹⁰ Vide Maricato (2003;2003); Fernandes (2004; 2008) e Rolnik (2006; 2008).

Engels, já no século XIX, discutia sobre o déficit habitacional na Alemanha, e sua discussão ainda é válida, podendo ser aplicada às discussões que dizem respeito ao processo de reprodução do espaço urbano e seus reflexos no cenário nacional nos dias de hoje. Para o autor,

A chamada falta de habitação, [...] não consiste no fato de a classe operaria em geral viver em casas más, apinhadas e insalubres. Esta falta de habitação não é algo próprio do presente, ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu uma forma bastante parecida com todas as classes oprimidas de todos os tempos [...] Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades; e o aumento colossal dos alugueis, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar alojamento (ENGELS, 1887, p. 10).

A falta de habitação com preços acessíveis aos operários e também para uma parte dos pequenos burgueses nas cidades grandes no século XIX, foi um dos inúmeros males, porém, secundário, resultante do modo de produção capitalista que se instaurou no cenário mundial. Entretanto, a falta de habitação com preços acessíveis à população menos favorecida financeiramente é uma realidade vivenciada nas cidades brasileiras na atualidade e ratifica a dificuldade do poder público em solucionar os reclames populares referentes à crise habitacional no país.

Para Lefebvre (2001), o processo de industrialização é um ponto de partida para apresentar e expor a problemática urbana relacionada à crise da moradia. Castells (1983) explica que, historicamente, a crise de moradia aparece primordialmente nos grandes aglomerados urbano apoderados pela indústria. No local onde a indústria coloniza o espaço, é necessário organizar, ainda que em nível de acampamento, a residência da mão-de-obra necessária. Quando a industrialização se instala em um tecido urbano prontamente consolidado, ela aproveita a mão de obra potencial já existente no local. Porém, comumente, a instauração de uma indústria em determinado local é seguida por um grande fluxo migratório, cujas dimensões geralmente ultrapassam a capacidade de construção de moradias e de equipamento de uma cidade herdada de um modo de produção anterior. Deste modo, uma parcela da população é obrigada a residir em áreas inadequadas, com insuficiência de equipamentos e serviços urbanos, consequentemente insalubres, como resultado do aumento brusco da concentração urbana, em uma lógica gerada pela industrialização.

Mas não se pode deixar de explicitar que a questão da crise da moradia, advinda do processo de urbanização, exerce uma função dentro da sociedade, e Castells (1983, p. 221-222), a partir da leitura de Engels, destaca isso:

Uma sociedade não pode existir sem crise de moradia, quando a grande massa de trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quer dizer, das somas dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução: quando as novas melhorias mecânicas retiram o trabalho das massas de operários quando crises industriais e violentas e cíclicas determinam, por um lado, a existência de um verdadeiro exército de desempregados e, por outro lado, jogam momentaneamente na rua a grande massa de trabalhadores: quando estes são amontoados nas grandes cidades e isto, num ritmo mais rápido do que da construção de moradias nas circunstâncias atuais e que, por mais ignóbeis que sejam os pardieiros, sempre se encontram locatários para eles: quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também, em certa medida, graças à concorrência, o dever de obter de sua casa, sem escrúpulos, os aluguéis mais altos. Neste tipo de sociedade, a crise da moradia não é um acaso, é uma instituição necessária; ela não pode ser eliminada, bem como suas repercussões sobre a saúde, etc, a não ser que a ordem social por inteiro, de onde ela decorre, transforme-se completamente.

O autor explica que a questão da habitação é essencialmente a de sua crise ou de sua escassez. Trata-se da defasagem necessária entre a necessidade socialmente definida e a produção de moradias e de equipamentos residenciais. É a expressão da inserção social e da evolução psicológica alcançada pela sociedade a que se refere e que revela um quadro préconstruído, produto de um processo socioeconômico geral.

No panorama nacional, a crise do acesso à moradia procede de um processo histórico que vai além dos processos de industrialização e urbanização. A crise da moradia é fruto não só da insuficiência de políticas públicas para sanar a referida problemática, mas, também de uma política que sempre esteve voltada para os interesses das classes sociais dominantes, em detrimentos dos menos favorecidos.

No Brasil, o desenvolvimento econômico e urbano se dá de forma excludente. Conforme Rolnik (2008), particularmente as questões das terras e dos imóveis são sensíveis dentro desse contexto. A concentração da terra, seja ela urbana ou rural, tem sido historicamente e continua sendo, um dos mais vigorosos elementos de concentração de poder tanto econômico quanto político. É o controle do território. “Então não é à toa que justamente a questão da terra é uma das mais sensíveis, e quanto maior a dinâmica econômica, mais valor tem a terra, e quem tem menos recursos não consegue aceder a ela” (ROLNIK, 2008, p.151).

O fato é que a moradia se figura como direito desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em que o Art. XXV dispõe que toda pessoa tem direito a um padrão de vida que lhe assegure saúde e bem-estar, incluindo a habitação como um de seus elementos essenciais. Ademais, em 1966 a Organização das Nações Unidas (doravante ONU) adotou o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (doravante PIDESC) reconhecendo o direito de todos à moradia adequada.

O direito à moradia no Brasil está mais que assegurado no papel, pela Constituição Federal de 1988 e legislações posteriores, incluindo o Estatuto da Cidade e a garantia da função social das cidades e da propriedade. No que diz respeito à Constituição de 1988, no Art.6º do capítulo dedicado aos direitos sociais, está explícito que a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados são direitos sociais.

Sobre o que é o direito à moradia adequada, o Comitê do PIDESC define diversos critérios para que um abrigo possa ser considerado como uma moradia adequada, e estes critérios são tão importantes quanto à própria disponibilidade de habitação. Os critérios estabelecidos pelo Comentário nº 4 do Comitê do PIDESC são:

- Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.
- Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.
- Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.
- Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.
- Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.
- Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas.
- Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991)¹¹.

¹¹ Tradução do texto original realizada pela autora.

Rolnik (2011) explica que moradia não é apenas um objeto físico de quatro paredes, mas sim, uma possibilidade de acesso aos meios de vida: água, saúde, educação, segurança, coleta de lixo, dentre outros. A autora, igualmente, conceitua a moradia adequada, e torna a noção de direito à moradia mais abrangente, e mostra que o mesmo está conectado a outras garantias fundamentais, e também explora a ideia de uma função social da cidade. Para a autora,

Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. [...] Uma moradia adequada [...] tem que proteger a pessoa. Mas também, uma moradia adequada é aquela que esta ligada a uma infraestrutura. Portanto, têm que necessariamente oferecer para quem mora nela, condições de acesso à água segura, de esgoto e de lixo. [...] a partir dela deve ser possível, também, acessar uma rede de equipamentos de saúde, de educação, de cultura, que permita a família que mora ali naquela moradia as possibilidades de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social. Além disso, [...] ela tem que permitir o acesso aos meios de vida (ROLNIK, 2011, p. 39).

Pelas abordagens do Comitê do PIDESC e de Rolnik (2011), é possível observar que a ideia de moradia, o direito à moradia adequada, na verdade é o direito a um lugar na cidade, um meio de acesso à cidade, ao território. Entretanto, essa ideia nunca foi colocada como direito, como princípio, como ponto de partida por aqueles que comandam o processo de produção das cidades.

A questão do direito à moradia está intimamente ligado a um modelo de organização da sociedade e, principalmente, com um modelo de organização do território que nega para a maior parte das pessoas mundo – porque nega para as pessoas com poucos recursos econômicos e financeiros, que é a maior parte das pessoas do planeta – o direito de se inserir dentro desse território de uma forma adequada (ROLNIK, 2008, p. 148).

Enquanto não há mecanismos eficazes que permitam a aplicação do acesso à terra e à moradia adequada, a reprodução excludente do espaço urbano e contaste na organização espacial e social será uma das principais características do panorama nas cidades do país. Porém, a implantação de mecanismos e a necessária reforma urbana no Brasil enfrentam diversos obstáculos, dentre os quais o mais predatório é a relação que se estabelece no sistema político brasileiro e no sistema federativo, especialmente no que se refere à gestão do território e aos recursos para investimento em urbanização. Tendo que vista que, na maioria das vezes, os grandes favorecidos são as redes de empresas, os incorporadores imobiliários. Enquanto grande parcela da população (os desfavorecidos economicamente) continua sendo excluídos da cidade e do que ela pode oferecer.

2 MACAPÁ: REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA

A reprodução do espaço urbano está associada às formas de organização da sociedade e as relações econômicas, sociais, políticas e culturais. A cidade, de tal modo, manifesta em sua forma física e em suas dinâmicas as diferenças geradas pela organização política do espaço urbano. Enquanto produto das relações e das ações do homem, o espaço urbano assume formas que refletem, de maneira geral, as determinações da classe dominante e é através das relações estabelecidas entre as diferentes instâncias e grupos sociais que o espaço urbano se constrói.

Harvey (2006) e Botelho (2007) lembram que, em um sistema capitalista, o espaço urbano é influenciado pela dinâmica do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a produção, consumo e urbanização do espaço estão inseridos em um processo de reprodução capitalista, e são guiados pelos ditames da propriedade privada e regulados pela necessidade do capital de valor excedente.

A forma rápida com que o processo de urbanização do espaço se perpetrou no Brasil, resultou transformações na estruturação e na configuração das redes urbanas no cenário nacional, além de ser caracterizar, desde o início, pela combinação entre os processos de exclusão e segregação social. A combinação entre a alta taxa de urbanização e o aumento da pobreza social tem levado ao fenômeno crescente da urbanização da pobreza. A população de baixa renda acaba ocupando áreas ilegais e reproduzindo moradias irregulares e insalubres, com infraestruturas básicas e precárias. Essa forma de reprodução do espaço urbano é a realidade em quase todas as cidades brasileiras, se aplicando igualmente à cidade de Macapá, com as ocupações nas suas áreas de ressaca.

Macapá, capital do Estado do Amapá, é uma cidade que possui um intenso contraste na sua organização espacial, possui características marcantes da desigualdade que se estabelece no cenário das cidades capitalistas no contexto pós-industrial (Figura 3). De acordo com o senso demográfico, a estimativa é que em 2016 o Município de Macapá possuía uma população de 462.495 habitantes, o que equivale a 59,50% da população total do Estado do Amapá (IBGE, 2016). E segundo Neri (2004), em 2000 uma parcela considerável da

população urbana do município viviam em áreas de ressaca, em torno de 19%, cerca de 53 mil pessoas. Não há dados atuais exatos sobre o real contingente populacional que vive nessas áreas, mas estima-se que atualmente mais de 100 mil pessoas residam nas áreas de ressaca do núcleo urbano do município.

Figura 3 - Mapa de localização da cidade de Macapá.



Fonte: Autora (2016).

Com o cenário de reprodução excludente do espaço urbano na cidade de Macapá, que ocasiona o processo de ocupação irregular nas áreas de ressaca pela população menos favorecida economicamente, se faz necessário uma abordagem de alguns temas para melhor compreensão da organização espacial macapaense.

Na primeira parte deste capítulo será dado enfoque ao processo de urbanização em Macapá, abordando alguns dos marcos históricos, agentes e atores que contribuíram para a urbanização na Região Amazônica, no Estado do Amapá, e, conseqüentemente, na capital do estado, Macapá. Em um segundo momento será abordado o conceito e as funções das áreas de ressaca, essa abordagem tem como finalidade proporcionar uma melhor compreensão sobre esse ecossistema e a sua influência na organização espacial da cidade. E, por último, será feito uma análise dos marcos regulatórios que dizem respeito às áreas de ressacas, os seus usos e a sua proteção.

2.1 Considerações sobre a urbanização em Macapá e a ocupação nas áreas de ressaca

A urbanização da Região Amazônica, como nas demais regiões do país, é relativamente recente, e acompanhou um ciclo histórico ligado inicialmente à ocupação e, posteriormente, à política econômica da região. O processo de urbanização na Amazônia teve início na segunda metade do século XIX, com a economia da borracha, que fez com que milhares de pessoas migrassem para a região em busca de emprego e melhor qualidade de vida. O aumento no crescimento demográfico na região ocasionou o surgimento de aglomerações de tamanhos consideráveis e que deram início ao desenvolvimento da forma urbana na região.

A partir de 1970, o governo federal passou a viabilizar e subsidiar a ocupação de terras para a expansão pioneira da Amazônia. Por meio da implantação de grandes investimentos voltados para o desenvolvimento da região, foram criados vários projetos com o objetivo de promover uma ocupação mais dinâmica na região. As políticas de ocupação procuraram combinar os empreendimentos de exploração econômica com estratégias geopolíticas.

Becker (2001) destaca que, dentre os projetos que deram suporte à ocupação da Amazônia, estão a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), a modernização de instituições como a transformação do Banco da Borracha em Banco de Desenvolvimento da Amazônia (BASA), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Esses projetos impulsionaram o desenvolvimento da região Amazônica e intensificaram a sua ocupação de tal forma que os fluxos migratórios para a região foram direcionados de acordo com a implantação de estradas, rede elétrica e do incentivo a atividades econômicas na região. A abertura de centenas de quilômetros de estradas, a criação de quilômetros de redes de comunicações e de distribuição de energia, intensificou o povoamento e fez com que a disposição das ocupações urbanas na região sofresse alterações.

No que se refere à urbanização no Amapá, as ações dos setores públicos e privados influenciaram o aumento no fluxo migratório após a criação do Território Federal do Amapá

em 1943. Para Porto (2006), as iniciativas públicas e privadas que mais ganham destaque e que influenciaram na urbanização e na reorganização espacial daquele ente federativo, estão ligadas à proteção da fronteira, à exploração mineral e às atividades industriais.

Quanto ao crescimento urbano do Amapá e a sua organização espacial, Porto (2007) chama atenção para o período entre 1957 a 1997. Esses 40 anos são caracterizados com um dos períodos de maior crescimento urbano do Amapá e corresponde ao momento de exploração do manganês pela Indústria de Comércio e Minério S.A. (doravante ICOMI).

A instalação e a exploração de manganês pela ICOMI no Amapá alavancaram a criação de infraestrutura, principalmente no que se refere à criação e estruturação de vias. Nesse sentido, Porto (2007, p 22) assegura que:

O crescimento demográfico do Amapá e a sua organização espacial estiveram intimamente relacionadas ao processo de exportação do manganês até a década de 1980. A partir de então, novos elementos foram inseridos, tais como: a implantação do Complexo Industrial do Jarí, a construção da BR – 156, a exploração de novos garimpos auríferos, usando o processo de mecanização, a criação de novos municípios e sua estadualização.

Ainda segundo Porto (2006), o processo de organização do espaço amapaense que em muito afetou a urbanização do Estado foi decorrente de vários fatores, assim identificados como:

A defesa da fronteira; a criação do Território Federal; a exploração mineral; a implantação de grandes projetos; a construção de infraestruturas; a construção de company towns; a expansão da fronteira agrícola; a criação de novos municípios; a realização de eleições para o legislativo e executivo municipais e estadual; a estadualização amapaense; a implantação de áreas protegidas; e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Mais recentemente, têm-se a nas obras da pavimentação da BR 156; nas expectativas das obras do PAC do Governo Federal; na retomada da economia mineira e; na implantação de novos Regimes Aduaneiros Espaciais como fortes atrativos para a ocupação das cidades de Macapá e Santana, pois são por elas por onde chegam os migrantes ao Estado (PORTO, 2006, p. 43-44).

Com o advento da Constituição Federal em 1988, o Território Federal do Amapá foi demudado em Estado, e passou a vivenciar uma série de transformações, seja nos contextos político, econômico e político-administrativo. Segundo Souza (2003), a criação de novos municípios transformando população rural em urbana, o aumento do número de cargos nos poderes legislativo e judiciário e a transferências de recursos financeiros federais para o

Estado do Amapá foram algumas das principais consequências ocasionadas pela Constituição de 1988 no Amapá.

Com a Constituição de 1988, Macapá passou a ser capital do Estado, e com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (doravante ALCMS), através da Lei nº 8.387/1991, Macapá começou a receber um grande fluxo migratório. Nesse período, um grande contingente populacional mudou-se para o Estado, e em especial para a capital, onde a população buscava oportunidades de empregos e melhor qualidade de vida.

O grande fluxo migratório desencadeou problemas de caráter habitacional e urbano, assim como moldou a configuração espacial da capital. A cidade dilatou o seu limite físico urbano para poder abrigar a grande quantidade de pessoas que chegavam. Segundo Porto (2000), em decorrência desta situação, teve como resultado o crescimento populacional em áreas de ressaca, aumentando o déficit dos serviços públicos e causando o problema habitacional.

A gênese do processo de ocupação das áreas de ressaca de Macapá se deu ainda nos anos de 1940, com a implantação da ICOMI no Estado do Amapá. A instalação da mineradora atraiu diversos migrantes, e grande parte deles se direcionavam à Macapá. Como a cidade não possuía infraestrutura suficiente para oferecer, iniciaram-se as ocupações nas áreas de ressacas, mesmo sendo considerado espaço inadequado para habitação.

A intensificação do processo de migração resultou no aumento populacional no município, bem como na demanda por áreas urbanizadas, equipamentos e serviços públicos. Diante das condições financeiramente baixa, uma grande parcela dos migrantes não conseguiam acesso às terras legalizadas, e, como única alternativa, passaram a ocupar esses espaços, através de invasões.

Como a maioria desse contingente de migrantes era constituída de mão-de-obra não qualificada e, provavelmente, encontrou dificuldade em obter emprego, a ressaca apresentou-se como uma oportunidade de moradia grátis e próxima ao centro urbano, onde sempre poderia aparecer alguma coisa em que trabalhar (MACIEL, 2001, p. 3).

A reprodução das moradias nas áreas de ressaca em Macapá é marcada pela insalubridade, irregularidade e a ilegalidade. As ressacas ocupadas não possuem infraestrutura satisfatória para suprir as necessidades básicas de habitabilidade, implicado na qualidade de vida das pessoas.

As ressacas são áreas segregadas espacialmente, e a população que habita nessas áreas está em situação de vulnerabilidade socioambiental, tendo em vista que as elas são áreas ambientalmente frágeis. Alves (2006) define a vulnerabilidade socioambiental como a sobreposição espacial entre grupos populacionais muito pobres e com alta privação (vulnerabilidade social) e áreas de risco ou degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental), sendo a combinação destas duas dimensões considerada uma situação de vulnerabilidade socioambiental.

As ocupações nas áreas de ressacas de Macapá, assim como as demais ocupações irregulares em áreas ilegais nas cidades do país, são um reflexo da atual forma de urbanização das cidades brasileiras. Maricato (2003) explica que a falta de alternativas habitacionais impulsiona as ocupações ilegais, pois, seja via mercado privado ou via políticas sociais é evidentemente o motor que faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana, onde as terras urbanizadas, e detentoras de infraestrutura, são destinadas à pequena parcela da população economicamente mais favorecidas.

A grande parcela da população que residem de forma irregular em Macapá é excluída pelo urbanismo brasileiro e tem seus direitos básicos violados. Para Fernandes (2004), a falta de investimento por parte do poder público na cidade ilegal vem exacerbando a degradação do meio ambiente urbano e ocasionando problemas sociais. A falta de saneamento, problema característico das ocupações irregulares, não causa apenas problemas imediatos de saúde pública para as populações que residem nesses locais, igualmente geram problemas em longo prazo, para o meio ambiente, tendo em vista que, na maioria das vezes, as áreas ocupadas irregularmente são também as ambientalmente mais frágeis, como o caso das áreas de ressaca em estudo.

2.2 Ressaca: significado e função

A configuração física do Município de Macapá possui uma peculiaridade, as suas áreas urbanas e periurbanas são intensamente cortadas por cursos d'águas perenes, lagoas e igarapés, apresentando margens cobertas por florestas de várzeas ou por áreas campestres condicionadas por inundações sazonais, que são chamadas de zonas alagadiças, porém, regionalmente, são conhecidas como áreas de ressaca.

As ressacas na verdade são áreas úmidas, inundáveis periodicamente e que fazem parte das características naturais da região. Maciel (2001) conceitua as áreas úmidas como sendo áreas de pântano, charcos, turfas ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, estagnadas ou correntes, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de águas marítimas com menos de seis metros na maré baixa.

Segundo Maciel (2001), até a década de 1960, a população residente em Macapá reportava às ressacas como lagos, e que a denominação de “*ressaca*”, como conotação de áreas úmidas, seja possivelmente uma herança da comunidade negra, oriunda da Guiana Francesa, que durante muitos anos residiram aos arredores do Lago do Pacoval (MACIEL, 2001). De acordo com documentos encontrados pela autora, a referida comunidade negra falava uma algaravia, mistura de dialeto africano com o francês, e com algumas palavras em português.

Nessa conjunção, as ressacas são áreas encaixadas em terrenos quaternários, que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da intrincada rede de canais e igarapés, onde se estabelece o meio físico no município e do ciclo sazonal das chuvas, apresentando, desse modo, uma estação de cheia (janeiro a junho) e outra de seca (agosto a dezembro) (Figura 4 - A e B).

Figura 4 - Ressaca no seu estado natural. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Girelli (2009).

Segundo Silva (2000) e Souza (2003), as ressacas são bacias de recepção e de drenagem fluviais, recentes, ricas em biodiversidade, de dimensões e formas variadas, configurando como fontes naturais hídricas, composições florística e faunística variada, encravadas na formação de barreiras, apresentando características evidentes de argila e areia no seu domínio, com comunicação endógena e exógena. Em âmbito legislativo e regulatório, a Lei Ambiental nº 948/99 do Município de Macapá, define as ressacas como bacias de acumulação de águas, influenciadas pelo regime de marés, de rios e drenagens pluviais. (MACAPÁ, 1999).

As ressacas apresentam importante função ambiental, possuindo um papel de grande relevância para o equilíbrio ecológico no município, haja vista que funcionam como um regulador térmico, uma fonte de umidade e servem como corredores de vento, bacias naturais de recepção do escoamento pluvial que evitam alagamentos (SILVA; SILVA, 2001).

Maciel (2001) explica que as ressacas são consideradas corredores naturais de vento, que amenizam o desconforto térmico e influenciam no micro clima da cidade, estabelecendo assim, um equilíbrio para o meio urbano. Para Girelli (2009), as ressacas influenciam no clima da cidade de Macapá, pois funcionam como fonte de equilíbrio climático quando liberam massas de ar que originam os ventos, que se deslocam para o centro de concentração populacional e de fluxo automotores, dissolvendo o calor e desconcentrando os agentes poluentes, o que proporciona um clima mais agradável para o ambiente urbano.

As ressacas são essenciais para a circulação e equilíbrio das águas, pois, quando se comunicam com as águas fluviais e pluviais, elas se interligam umas com as outras e com os canais de drenagem. “Essa circulação e equilíbrio das águas permitem a determinação da pressão dos leitos fluviais primários, orientando o escoamento e traspasse das águas inferiores e superficiais com o rio Amazonas” (GIRELLI, 2009, p.69).

A partir do momento que são ocupadas, as ressacas recebem, por parte da população, nomes próprios que, na maioria das vezes, estão ligados a nome de bairros da cidade, de antigos moradores, canais ou igarapés. As ressacas existentes na cidade de Macapá são: Chico Dias, Lagoa dos Índios, Açaí, Beírol, Canal do Jandiá, Coração, Sá Comprido, Perpetuo Socorro, Congós, Lago da Vaca, Nova Esperança, Lago, Infraero II, Igarapé Davi, Igarapé do Arco, Igarapé da Fortaleza, Igarapé das Mulheres, Pacoval, Poço do Mato, Ramal 9, Tacacá e Marabaixo.

2.3 Marcos regulatórios aplicáveis às áreas de ressaca

A ocupação nas áreas de ressaca no núcleo urbano do Município de Macapá é contínua. Contudo, essa atividade não é respaldada pelas leis e viola vários dispositivos legais. Essas áreas possuem proteção assegurada por uma vasta legislação urbanística e ambiental em âmbito federal, estadual e municipal.

As ressacas são classificadas como Área de Preservação Permanente (doravante APP), e atualmente, no âmbito federal são protegidas pela Lei nº 12.651/2012, referente ao Código Florestal. A aludida Lei dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Proteção Permanente e as áreas de Reserva Legal. Ela, em seu Art. 3º, esclarece e conceitua a APP como sendo área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

A Lei nº 12.651/2012 ainda traz referências sobre as delimitações da APP e a partir dessas delimitações, as ressacas de Macapá são alocadas na referida categoria:

Art.4º: Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

- a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas (BRASIL, 2012).

Na continuidade do âmbito federal, a proteção das áreas de ressaca está estabelecida pela Lei nº 6.938/1981. Esta dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, que se destaca no cenário do ordenamento jurídico ambiental, tanto sob o aspecto jurídico conferido aos recursos naturais, como similarmente a própria concepção de preservação da natureza.

Art.2º- A Política Nacional de Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana, atendido os seguintes princípios:

I – Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

VIII – Recuperação de áreas degradadas;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

IX – Proteção de áreas ameaçadas de degradação (BRASIL, 1981).

Na esfera estadual, a Constituição do Estado do Amapá de 1991, visando proteger o ecossistema natural através do seu Art. 313 objetiva a criação de um sistema para a administração da qualidade ambiental no Estado, promovendo a proteção e o desenvolvimento do meio ambiente, e o uso adequado dos recursos naturais. Assim,

O Estado, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de:

XI – preservar os ecossistemas essenciais e promover o manejo ecológico de espécies.

XII – Zelar pelas áreas de preservação dos corpos aquáticos, principalmente, as nascentes, inclusive os “olhos d’água”, cuja ocupação só se fará na forma da lei, mediante estudos de impactos ambientais (AMAPÁ, 1991).

A Constituição do Estado do Amapá ainda através do seu Art. 315 estabelece que as terras marginais dos cursos d’água são consideradas APP, proibindo o seu desmatamento e estabelecendo ao órgão estadual a delimitação da largura da faixa aos diferentes cursos d’água do território do Estado.

O primeiro marco regulatório na esfera estadual direcionado especificamente ao ecossistema de ressaca está promulgado na Lei nº 0455/1999 e dispõe sobre a delimitação e tombamento das áreas de ressaca localizadas no Estado do Amapá, impondo uma série de ações regimentarias no processo de uso e ocupação dessas áreas, tendo como finalidade a preservação do valor paisagístico e a proteção do meio ambiente.

Em 2004, houve uma reestruturação da Lei nº 0455/1999 e está promulgada na Lei nº 0835/2004. A reestruturação delibera sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e várzea localizadas no Estado do Amapá, e no seu Art. 2º proíbe novas ocupações e uso de áreas de ressaca urbanas e periurbanas, exceto para execução de obras de infraestrutura.

As legislações urbanísticas e ambientais a respeito das ressacas, seus usos, suas proibições e sua preservação, estão inseridos em marcos regulatórios de âmbito municipal. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (doravante PDDUA) de Macapá descreve as ressacas como sendo “as áreas que se comportam como reservatórios naturais de água, apresentando um ecossistema rico e singular e que sofrem a influência das marés e das chuvas de forma temporária” (MACAPÁ, 2004, p. 16).

O PDDUA de Macapá traz estratégias para a proteção do meio ambiente, e no § 1 do Art. 6º designa objetivos específicos para diversas áreas do município, auferindo destaque nesta ocasião às ressacas e igarapés:

- II - a proteção ambiental das ressacas, evitando a ocupação por usos e atividades que venham a causar sua degradação;
- III - a proteção dos rios e igarapés que cortam o município, evitando a poluição das águas e o seu assoreamento, permitindo o desenvolvimento de atividades econômicas dependentes da sua navegabilidade e da sua balneabilidade;
- IV - a proteção das áreas representativas dos ecossistemas municipais, com atributos ambientais excepcionais (MACAPÁ, 2004, p. 17).

O Art. 85º do PDDUA de Macapá define as ressacas como Subzonas de Proteção Especial e determina ações que devem ser efetuadas nesses ecossistemas. Deste modo,

As Subzonas de Proteção Especial são aquelas cujas condições ambientais tornam imprescindível a existência de normas jurídicas especiais que prevalecerão sobre as normas urbanísticas incidentes.

§ 1º Incluem-se entre as Subzonas de Proteção Especial:

I - áreas de ressaca;

§ 2º São prioridades:

I – nas áreas de ressaca:

- a) desocupação progressiva de ressacas recuperáveis com reassentamento da população prioritariamente nas áreas próximas, observada a ordem estabelecida no § 1º do artigo 50 desta lei;
- b) recuperação e proteção ambiental;
- c) aplicação de programas previstos nesta lei (MACAPÁ, 2004, p. 41).

A Lei Complementar nº 029/2004 perfaz as legislações que amparam as áreas de ressaca no âmbito municipal. Esta Lei é denominada como “Lei do Uso e Ocupação do Solo do município de Macapá” e traz como diretriz a proteção das áreas de preservação e fragilidade ambiental:

Art. 1º As normas estabelecidas nesta Lei Complementar têm como pressuposto o atendimento às disposições previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá e à legislação municipal, estadual e federal aplicáveis, tendo como diretrizes:

I - proteção das áreas de preservação e de fragilidade ambiental (MACAPÁ, 2004, p. 05).

O Brasil possui um avultado aparato regulatório que diz respeito à preservação ambiental de modo geral, e com a apreciação das leis elencadas neste tópico, é possível notar a existência de legislações que aspiram conciliar e normatizar a reprodução do espaço urbano e a preservação no meio natural no cenário nacional. Porém, na maioria das vezes, o aparato regulatório não assegura direito à população de baixa renda que reside em áreas que devem ser preservadas, visa somente a proteção do ecossistema local.

No que concerne o atual estágio das ocupações nas áreas de ressaca de Macapá, é possível averiguar que não há suficiência e eficiência nas ações públicas para solucionar tal problemática, do mesmo modo como é ineficaz a fiscalização por partes dos órgãos responsáveis pela manutenção e preservação das áreas aludidas. A ineficiência de políticas públicas, capazes de minimizar o déficit habitacional no município, resulta na continuidade das ocupações nas ressacas, já que a falta de moradia é o principal fator para a ocupação nessas áreas.

3 RESSACA DO PACOVAL: ANÁLISE E DIAGNOSE

Segundo Santos Filho (2011), as áreas de ressaca da cidade Macapá possuem um total 36.470.392 m², abrangendo cerca de 20% do total da área do perímetro urbano do município. As ocupações nessas áreas ganham destaque, já que elas moldam a paisagem urbana, tornandoa peculiar e deixando nítida a percepção entre as porções irregulares no que se refere à organização da cidade, acentuando a forma excludente do processo de reprodução do espaço urbano na cidade.

Visitas exploratórias realizadas na ressaca do Pacoval entre julho e novembro de 2016 foram utilizadas para o levantamento das informações que serão expostas neste capítulo. O capítulo inicia fazendo uma abordagem sobre a localização da área de estudo dentro do tecido urbano da cidade e a contextualização da sua importância na dinâmica no cenário urbano. Posteriormente é realizado um breve histórico sobre o processo de ocupação na ressaca do Pacoval, seguido por uma análise das condições de habitabilidade nessa área.

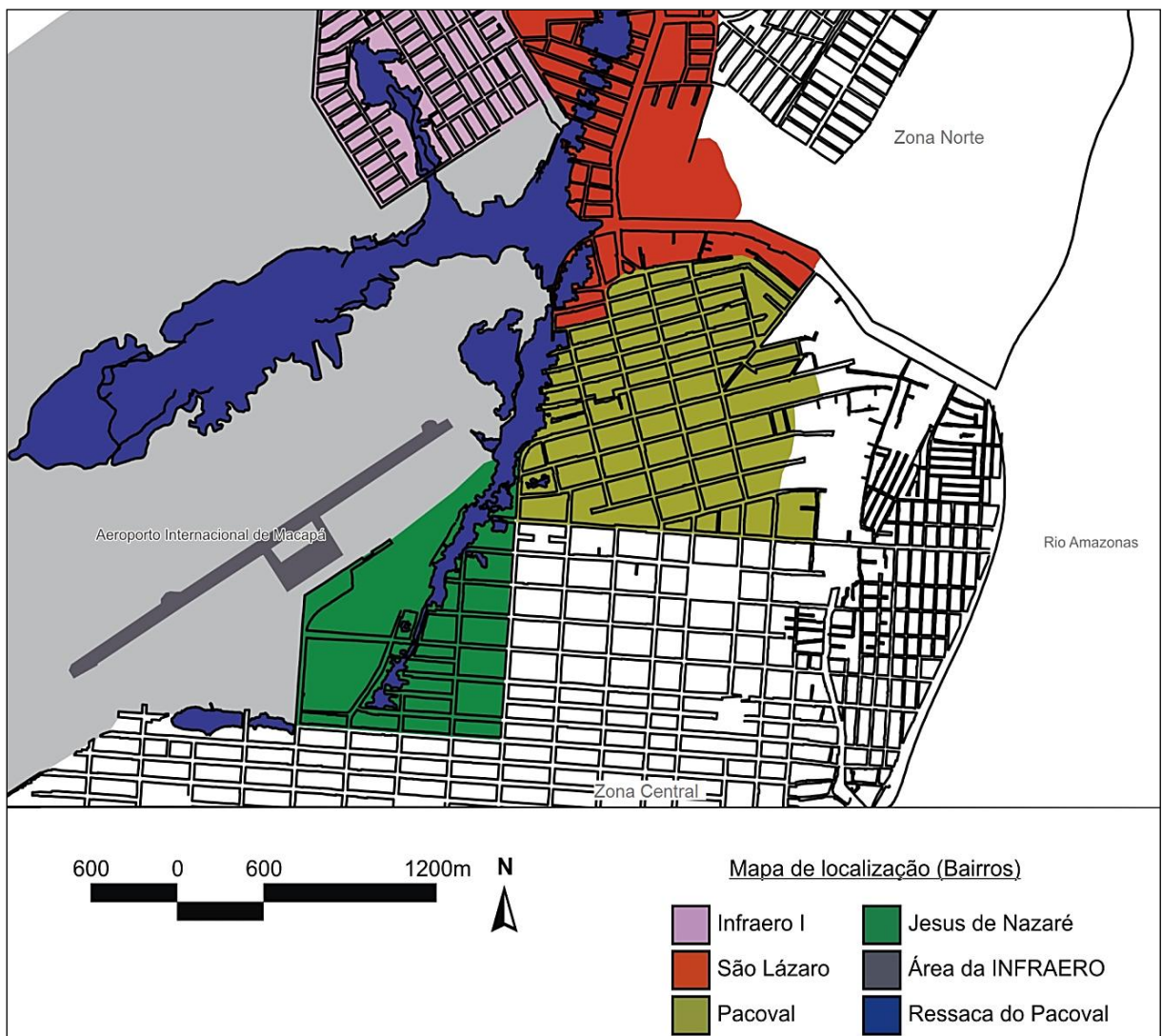
É de grande relevância a compreensão referente aos aspectos físicos que conglomeram a ressaca do Pacoval, que dizem respeito às características climáticas, geomorfológicas e hidrográficas, e neste capítulo são expostas essas características, com objetivo de aprimorar o entendimento e mostrar as influências no processo de ocupação da área. Em seguida, é apresentada caracterização do meio biótico e, posteriormente, o meio urbano nas imediações da área em estudo, sendo efetivadas as análises referentes às conectividades urbanas e a análise do uso e ocupação do solo na área.

O levantamento e a espacialização das informações citadas ganharam importância por proporcionar a compreensão da área por um todo e mostram que a ocupação do solo não é estática no tempo e no espaço, há fatores que antecedem a ocupação, e fatores consequentes da ocupação mostram o dinamismo da cidade e da reprodução do seu espaço, que afetam a vida da população que nela habitam.

3.1 Localização

Segundo o mapeamento referente às ressacas do perímetro urbano de Macapá realizado por Santos Filho (2011), a ressaca do Pacoval possui uma área equivalente a 1.626.425m², o que corresponde a 4% do total das áreas de ressaca da cidade. Ela possui a terceira maior área habitada, sendo que da sua área total, aproximadamente 202.718,75 m² são ocupados. A área em estudo abrange os bairros do Pacoval, São Lázaro, Infraero I e Jesus de Nazaré, e está próxima a área compreendida ao aeroporto internacional de Macapá, área da INFRAERO (Figura 5).

Figura 5 - Macapá de localização da ressaca do Pacoval no perímetro urbano de Macapá.



Fonte: Autora (2016).

A área onde está situada a ressaca do Pacoval é um ponto importante do núcleo urbano de Macapá, na transição entre duas porções importantes da cidade, e que possuem grande relevância para o dinamismo e funcionamento da cidade, são elas: zona central e a zona norte da cidade.

A porção central da cidade agrupa a maior parte dos órgãos administrativos, constituindo o local que concentra a maior disponibilidade de equipamentos e serviços públicos. E, além disso, a área central concentra grande parte do comércio da capital, um dos setores que mais geram emprego. Essa proximidade com o centro da cidade é um dos principais fatores que contribuíram para a ocupação da ressaca do Pacoval pela população de baixa renda.

Por outro lado, a zona norte é o principal eixo de expansão de Macapá e concentra a maior parte da população da cidade, na qual vem crescendo nos últimos anos a oferta de equipamentos e serviços públicos. Na zona norte também vem crescendo a instalação de novos empreendimentos, o que resulta no crescimento na ‘oferta de empregos para a população.

3.2 Histórico da ocupação na área ressaca do Pacoval

A origem da palavra pacoval vem do tupi-guarani “*pacobal*” e significa “*folha de enrolar*”. Os primeiros moradores contam que onde hoje é o bairro do Pacoval havia um grande alagadiço com uma plantação natural de pacobeiras (bananas), e que as folhas das bananeiras eram utilizadas para embrulhar peixe, carne salgada, farinha, açaí e outros alimentos. Segundo o significado, buscado em dicionários, pacoval quer dizer pacobal, ou seja, bananal.

Não há registros oficiais no que se refere ao início das ocupações na ressaca do Pacoval, porém, sabe-se que devido a sua grande extensão, o início da ocupação dela se deu em momentos distintos, dependendo do ponto da cidade. Maciel (2001) relata que, anteriormente,

a referida ressaca era conhecida como “Lago do Pacoval”, e que por muitos anos a comunidade negra, oriunda da Guiana Francesa, habitou os arredores desse lago.

Relatos colhidos dos moradores durante as visitas exploratórias evidenciam, no que se refere à porção da ressaca do Pacoval situada no bairro do São Lazaro, que o início da sua ocupação se deu durante os anos de 1980, e que a ressaca do Pacoval também recebia o nome de “Bueiro do Pacoval”. Antes da ocupação, a paisagem da referida ressaca era semelhante a que atualmente é encontrada na área da Lagoa dos Índios (Figura 6).

Figura 6 - Lago do Pacoval em 1960.



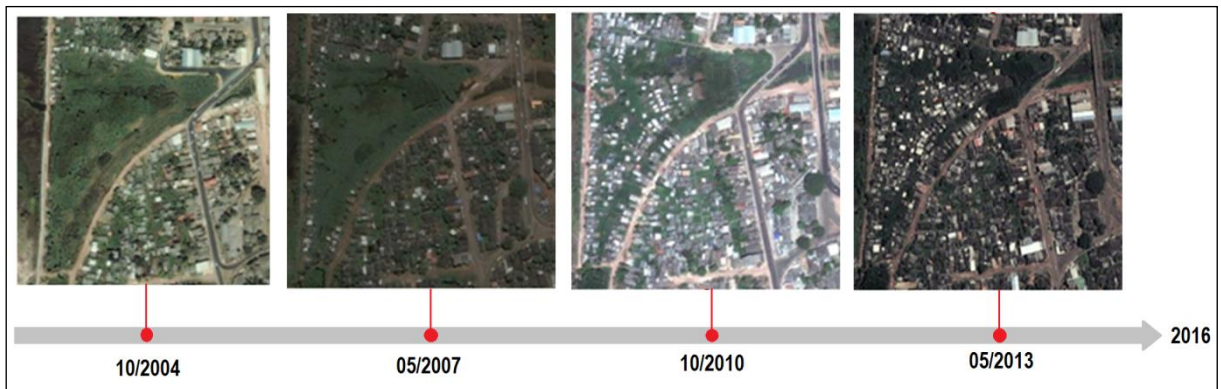
Fonte: Maciel (2001).

As famílias, oriundas do interior do estado e os macapaenses sem casa própria, começaram a se estabelecer na área e a construir seus barracos na extensão de terra existente além do lago, e isso foi o suficiente para o crescimento de uma das maiores invasões da cidade. A partir do ano de 1980, os barracos eram construídos repentinamente, feitos de ripas de madeira e papelão, e os ipês de flores roxas e amarelas, que antes tomavam conta da paisagem da região, davam lugar a um novo cenário.

Segundo os relatos dos moradores mais antigos, a ocupação na ressaca do Pacoval, no que se refere à porção situada no bairro do Pacoval, se intensificou no início dos anos 1990. De acordo com os moradores, não havia muitas casas na área e existiam muitas palmeiras, a água não era poluída e era possível até mesmo nadar no lago na estação de cheia.

A utilização de recursos tecnológicos, tais como o uso de imagens de satélites, auxiliam na análise sobre a ocupação da área e evidenciam com clareza que o processo de ocupação da ressaca do Pacoval vem se intensificando, tornando-se mais nítido na porção compreendida entre os bairros do Pacoval e São Lázaro, principalmente nos últimos seis anos (Figura 7).

Figura 7 - Evolução da ocupação na ressaca do Pacoval.



Fonte: Google Earth (2016).

Organização: Autora (2016).

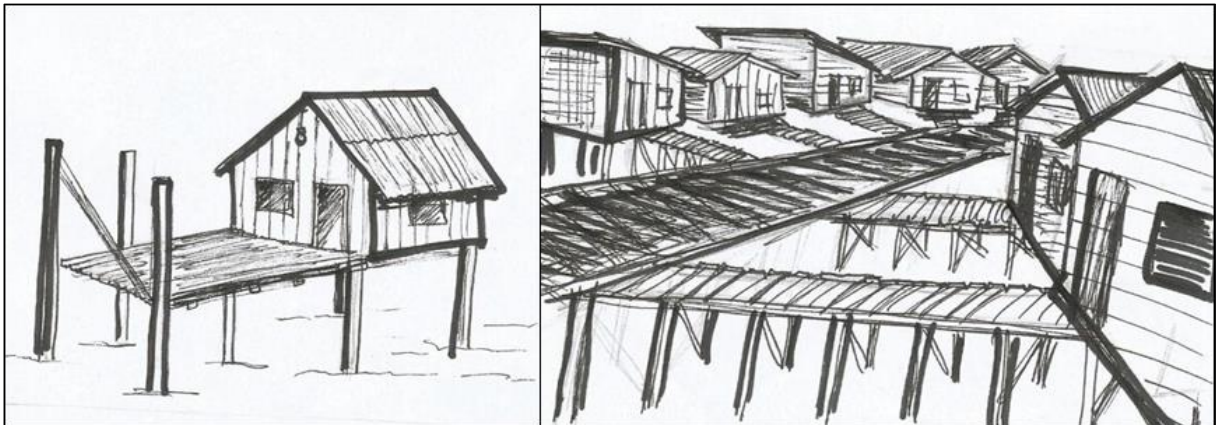
Os relatos dos moradores comprova que a população da ressaca do Pacoval já padecia com a carência de infraestrutura e serviços desde a gênese da ocupação da área, devido à falta de pavimentação das ruas, falta de iluminação pública e quedas frequentes na distribuição de energia elétrica. E a partir da imagem de satélite, torna-se evidente que a ocupação na ressaca do Pacoval vem se intensificando rapidamente, e que o cenário de exclusão e segregação nessas áreas continua o mesmo.

3.3 Condições de habitabilidade

3.3.1 Residências

A palafita é a tipologia habitacional marcante no cenário das áreas de ressaca de Macapá, no entanto, não é exclusividade da região. As construções sobre a água é a tipologia arquitetônica mais antiga, e é utilizada até os dias atuais em diversas partes do mundo. As edificações palafíticas são construídas sobre a água, comumente sustentadas por estacas de madeiras, e, em geral, refletem a situação socioeconômica do local, haja vista que, na maioria das vezes, a população que reside nelas são desfavorecidas economicamente (Figura 8 – A e B).

Figura 8 – Palafitas. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Adriele Martins (2015).

Os materiais utilizados na construção das residências na ressaca são referentes ao nível de renda da população. As visitas exploratórias à ressaca do Pacoval evidenciaram que as moradias, quase em sua totalidade, são construídas de madeira. Um material flexível, abundante na região, que possui um baixo custo, é fácil de transportar e de manipular quando se trabalha sobre a água. A madeira utilizada na construção das moradias na ressaca do Pacoval é obtida em pontos comerciais próximos à área ou em serrarias localizadas às margens do Canal do Jandiá, no bairro Cidade Nova e, até mesmo, em serrarias no bairro Jardim Equatorial, às margens do Canal das Pedrinhas.

Entretanto, existem casos em que há moradias na ressaca do Pacoval que são construídas de lonas, papelão e alvenaria. Existem também as residências mistas, que mesclas os materiais mencionados. A principal mesclagem encontrada nos materiais construtivos das edificações dessa área é a combinação entre a madeira e alvenaria. Nesses casos, os banheiros são construídos de alvenaria e os demais ambientes, de madeira. Essa estratégia construtiva está relacionada ao fato dos banheiros quando construídos em madeira necessitam de mais reparos do que quando construídos em alvenaria.

Quanto ao telhado das residências nessa área, é unânime a utilização de telha de fibrocimento (Figura 9 – A e B). Em muitos casos, as moradias não possuem divisórias internas e os banheiros estão localizados nas áreas externa, caracterizando, assim, a falta de privacidade.

Figura 9 - Residências palafíticas na ressaca do Pacoval. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

A circulação nessa área é realizada através de passarelas de madeiras, que ligam as residências às bordas da ressaca. A largura das pontes possibilita a circulação de pedestres, porém não possibilita a circulação segura de ciclistas e motociclistas, tendo em vista que a bicicleta é um dos principais meio de transporte da população que residem em áreas de ressaca, e vem crescendo o número de moradores dessas áreas que são portadores de motocicletas (Figura 10 – A e B).

As moradias palafíticas fazem parte da cultura ribeirinha amazônica e o emprego dessa tipologia habitacional nas áreas de ressaca acaba por conferir no espaço urbano macapaense

os traços da cultura ribeirinha, o que marca especialmente a paisagem urbana da cidade. Contudo, as palafitas das áreas de ressaca da cidade como arquitetura e engenharia, configuram um arranjo espacial marcado pela insalubridade, uma tipologia habitacional de risco, uma vez que a possibilidade de ocorrência de incidentes nessas moradias são maiores do que nas moradias estabelecidas em terra firme.

Figura 10 - Passarelas de circulação na ressaca do Pacoval. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

3.3.2 Fornecimento de energia elétrica

O acesso à energia elétrica é indispensável para o exercício das atividades cotidianas do indivíduo na vida moderna, promovendo conforto, bem-estar, segurança, lazer e comunicação. A energia elétrica é causa e consequência do desenvolvimento das sociedades, e constitucionalmente, um direito do cidadão.

No que concerne ao aparato regulatório jurídico, o acesso à energia elétrica está estabelecido na Lei nº 7.783/1989. O Art. 10 do texto da referida Lei elenca um rol de serviços considerados essenciais para a população, e dentre essa listagem está o abastecimento de energia elétrica, conforme segue, são considerados serviços ou atividades essenciais: I – tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis (BRASIL, 1989). E quanto ao fornecimento dos serviços essenciais, dentre os

quais o abastecimento de energia elétrica está incluso, o Art. 22 da Lei nº 8.078/1990 determina que os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais contínuos (BRASIL, 1990).

O fornecimento de energia elétrica em Macapá é um serviço disponibilizado pelo setor público, entretanto, na ressaca do Pacoval e nas demais ressacas ocupadas na cidade, esta situação não é aplicada devido, principalmente, ao fato da ocupação nessas áreas ser ilegal. Assim, o abastecimento de energia elétrica nas residências nessa área é efetivado de duas maneiras: o fornecimento regular, fornecido pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), que abrange as residências localizadas nas bordas da área da ressaca; e o fornecimento clandestino, que são efetivados no interior da ressaca, e onde as ligações elétricas são realizadas pelos próprios moradores de forma ilegal. (Figura 11– A e B).

Figura 11 - Distribuição de energia elétrica na ressaca do Pacoval. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

No decorrer das visitas exploratórias foi verificado que o fornecimento clandestino de energia elétrica na ressaca do Pacoval é realizado de maneira incipiente, os postes de sustentação dos cabos elétricos são em geral de madeira e acabam se deteriorando rapidamente, devido à ação das águas dessa área. Essas ligações clandestinas são caracterizadas por ser um emaranhado de fios, que pode gerar danos aos moradores, devido ao risco de curtos-circuitos, o que pode resultar em eventuais incêndios na área.

As formas de acesso à energia elétrica na ressaca do Pacoval mostram que é íntima a relação entre a exclusão elétrica e a exclusão social, tendo em vista que ambas as exclusões afetam a população de baixa renda e que não há uma universalização desse serviço, desconsiderando grande parcela da população.

3.3.3 Saneamento básico

A urbanização brasileira trouxe consigo diversas problemáticas, dentre as quais a que mais se destaca é a desigualdade socioespacial, que torna-se mais nítidas com a expansão das periferias urbanas, e estas, que por configurarem como regiões de pobreza, expressam a segregação espacial e ambiental (MARICATO, 2003). O modelo de urbanismo praticado no país é excludente do ponto de vista social, e mesmo com grande parte da população do país vivendo nos centros urbanos, o serviço de saneamento básico, que é de responsabilidade do poder público, não é oferecido para a totalidade da população, sobretudo nas periferias e nas porções ilegais e irregulares da cidade.

O saneamento básico é um dos principais sistemas de infraestrutura urbana e ganha relevância no contexto urbano, uma vez que está diretamente relacionado com a preservação do meio físico e com a saúde da população. De acordo com a Lei nº 11.445/ 2007, que aborda como princípio a universalidade do acesso aos serviços de saneamento e a integralidade, no Art. 3º, o saneamento básico baseia-se em um conjunto de serviços de infraestrutura e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações

operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas (BRASIL, 2007).

O saneamento básico é essencial para promover a saúde pública e evita danos socioambientais, dessa forma, ele deve ser tratado como um direito do cidadão, haja vista a sua relevância para a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, serão analisadas as condições da infraestrutura de saneamento básico disponíveis nas áreas de ressaca de Macapá, e em especial na ressaca do Pacoval, a julgar que esses parâmetros refletem as condições de vida da população que residem nessas áreas.

3.3.3.1 Abastecimento de água potável

Segundo Aguiar e Silva (2003), nas áreas de ressaca de Macapá, o abastecimento de água nas residências é efetivado de cinco maneiras distintas: pela rede geral com canalização interna, pela rede geral sem canalização interna, por poço com canalização, por poço sem canalização, pelos rios, lagos e igarapés. Ainda segundo os autores, dentre as formas de abastecimentos citadas, a predominância nas ressacas é o abastecimento geral com canalização interna – existência de canos e torneiras dentro das residências – chegando a 66,67% no que diz respeito à ressaca do Pacoval.

Vale ressaltar que o serviço de abastecimento geral realizado nas áreas de ressaca da cidade é oferecido pelo Estado, e os moradores pagam, na maioria das vezes, uma taxa mínima, porém, há a existência de ligações clandestinas. No que concerne à ressaca do Pacoval, a infraestrutura e o modo como o abastecimento canalizado é efetivado gera preocupação, já que a rede de tubulações fica exposta, podendo haver possíveis contaminação, principalmente na estação chuvosa, quando as áreas se inundam e a tubulação fica submersa. (Figura 12 – A e B).

Com as informações obtidas, nota-se que, apesar da intervenção do Estado, há a precariedade no serviço de fornecimento de água potável para a população que residem nas

ressacas de Macapá, o que demonstra a ineficiência do poder público em disponibilizar a toda população uma infraestrutura condizentes às necessidades de habitabilidade e condizentes ao direito à moradia adequada que cada indivíduo possui.

Figura 12 - Rede de Abastecimento de água na ressaca do Pacoval. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

3.3.3.2 Esgoto sanitário

A infraestrutura relacionada ao esgoto sanitário tem como função coletar e remover de forma rápida e segura as águas residuárias, evitar a poluição do solo, tratar os afluentes e eliminar odores e aspectos estéticos desagradáveis. Apesar da grande importância do sistema referido, apenas 6% da população da cidade de Macapá é atendida pelo sistema de coleta de esgoto sanitário, o que mostra a precariedade da oferta do serviço na cidade. No que diz respeito às áreas de ressaca, e em especial a ressaca do Pacoval, essa situação é ainda mais agravante, tendo em vista que não existe rede de esgoto nessas áreas.

As moradias na ressaca do Pacoval não possuem instalações sanitárias adequadas, e na maioria dos casos os banheiros se encontram na parte externa das residências. O esgotamento dos dejetos humanos nessa área é realizado de duas maneiras: são lançados diretamente na água, ou o esgotamento é realizado através de fossas, que são caixas de madeiras sob a água (Figura 13 – A e B). Ambas são prejudiciais ao meio ambiente e à população, posto que, com

as inundações os desejos humanos descartados nas fossas acabam igualmente indo para as ressacas.

Figura 13 - Descarte do esgoto sanitário na ressaca do Pacoval. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Adrielle Martins (2015).

A coleta e o tratamento de esgoto sanitário é o serviço de saneamento básico mais deficiente no Brasil, e a ausência de tais serviços nas áreas de ressaca, assim como nas demais parcelas da cidade, evidencia a grande dimensão dessa problemática no cenário local. Além de graves problemas ambientais, a inexistência de coleta e tratamento do esgoto sanitário domésticos nas ressacas da cidade também acarreta em problemas de saúde e problemas sociais, a julgar que tal situação auxilia na proliferação dos vetores causadores de doenças, e consequentemente aumentando à demanda por assistências médicas.

3.3.3.3 Limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos

O modo de produção capitalista, o crescimento populacional e as mudanças nos padrões de consumo são as principais variantes que refletem na quantidade de geração dos Resíduos Sólidos Urbanos (doravante RSU). Entretanto, os sistemas de coleta e de tratamento RSU não acompanham a velocidade de como eles são produzidos nas cidades.

As variantes citadas, aliadas à falta de infraestrutura para acompanhar o crescimento populacional em Macapá, e a ineficácia do sistema de coleta e tratamento dos RSU, contribuíram para o descarte inadequado nos perímetro urbano da cidade, gerando impactos ao meio e na qualidade de vida da população. Em situações normais, a coleta e tratamento dos RSU na cidade já se apresentam ineficazes, e esta situação se agrava nas áreas de ressaca, em virtude de constituírem-se de ambientes alagadiços.

No que se refere à ressaca do Pacoval, é possível observar que o descarte dos resíduos sólidos é realizado de duas maneiras: uma porção dos resíduos é coletada pelo serviço de limpeza pública, porém como os carros de coleta não conseguem adentrar nas áreas de ponte, os moradores depositam os resíduos em um determinado ponto, em geral nas bordas das ressacas, para, posteriormente, serem coletados pelos garis; e o segundo modo de descarte é o lançamentos dos resíduos no lago da ressaca. (Figura 14 – A e B).

Figura 14 - Descarte de resíduos sólidos na ressaca do Pacoval. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

O acúmulo de lixo a céu aberto, a falta de infraestrutura sanitária e a precariedade nos serviços de abastecimento de água na área em estudo, evidenciam o processo excludente do ponto de vista social e ambiental do urbanismo brasileiro, onde a população menos favorecida financeiramente tem como única solução habitarem em áreas com infraestrutura insuficiente para o exercício das suas atividades cotidianas e torna precária as condições de vida nesses locais, além de tornar notório que, na maioria das vezes, o exercício do planejamento urbano

na cidade brasileira é benéfico apenas para classes sociais mais favorecidas, e que o direito à moradia adequada a todos não são garantidos.

3.4 Meio físico

3.4.1 Características climáticas

Como não há dados específicos relativos à ressaca do Pacoval, neste tópico serão apresentados os dados climatológicos referentes à cidade de Macapá, sendo, por fim, realizada uma análise sobre as suas implicações sobre as áreas de ressaca da cidade.

Macapá está situada na região tropical, cortada pela Linha do Equador e possui clima predominante equatorial, caracterizado pelas altas temperaturas e umidade relativa do ar elevada durante o ano inteiro. Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), as temperaturas mensais da cidade de Macapá variam entre 21° a 32,5° C, sendo que a média do mês mais quente (agosto) atinge 31,9° C, enquanto que a média do mês mais frio (fevereiro) está em torno de 23° C; e a umidade varia entre 75 % a 94 %, sofrendo diferenciações de acordo com a intensidade pluviométrica.

A partir da análise dos dados climatológicos da cidade, se constata a presença de duas estações bem distintas na cidade, uma chuvosa, compreendida entre os meses de dezembro a julho, com insolação e temperaturas menos elevadas, e uma estação seca, compreendida entre os meses de julho a novembro, caracterizada pela elevada insolação e altas temperaturas. “Durante o ano, em média, Macapá tem 169 dias com chuva, durante a estação chuvosa e 196 dias sem chuva, durante a estação seca” (TAVARES, 2014, p. 141).

Os dados, quanto à variabilidade das precipitações na cidade, mostram que o mês mais seco é outubro, apresentando em média 35,5 mm, e o mais chuvoso é março, em média com 407,2 mm. Tavares (2014) apresenta os dados comparativos trimestrais referentes à distribuição do regime de chuvas no território macapaense. Nesse comparativo, o acumulo de

janeiro a março corresponde a 41% do total anual; de abril a junho, 37,2%; de julho a setembro, 12,7%; e de outubro a dezembro, apenas 9%. O autor faz ainda o comparativo quadrimestral, onde o resultado mostra que acumulo de janeiro a abril corresponde a 56% do total anual; de maio a agosto, 33,2%; e de setembro a dezembro, apenas 10,8%. Nos meses de dezembro a julho, época das chuvas, acontece 90% do volume das precipitações anuais.

Sobre a umidade relativa do ar em Macapá, os dados mostram que na estação chuvosa a umidade relativa é maior do que na estação seca, devido à convergência de umidade em grande escala que ocorre sobre a Região Amazônica nessa época do ano. (FIGUEROA; NOBRE, 1990). Uma análise sob o ponto de vista do conforto térmico, Tavares (2014) afirma que os meses com maior umidade relativa são menos confortáveis, porque a saturação de umidade inibe a evaporação do suor do corpo, além de dar a sensação de tempo abafado.

Quanto à ventilação, a predominância são os ventos alísios do hemisfério norte, que sopram do nordeste, porém, no período seco, devido ao recuo da frente intertropical na direção norte, chegam ao litoral amapaense os alísios do hemisfério sul. Vale ressaltar que pelo fato da cidade está situada às margens do rio Amazonas, ele atua como um grande corredor de ventilação, ocasionando efeitos benéficos quanto à ventilação em uma grande parcela da cidade.

Em linhas gerais, as áreas de ressaca são áreas inundáveis periodicamente, e alguns dos fatores climáticos ganham relevância sobre essas áreas, influenciando na sua dinâmica. No que diz respeito à variabilidade das precipitações, as áreas de ressacas se inundam durante a estação chuvosa, haja vista que elas se comportam com reservatórios naturais de drenagem. Na estação seca, as áreas de ressacas habitualmente se esvaziam, uma vez que o índice pluviométrico é menor.

Quanto à ventilação, temperatura e umidade relativa, as áreas de ressaca são privilegiadas, pois são corredores naturais de ventos e fonte de umidade, o que ocasiona a regulação térmica tanto das referidas áreas, como também do microclima da cidade, estabelecendo um equilíbrio tanto sob o aspecto ambiental quanto para o meio urbano da cidade.

3.4.2 Geomorfologia

As formas de relevo de uma região são diretamente relacionadas ao contexto geológico e às condições climáticas. Da mesma forma, a geomorfologia condiciona os tipos pedológicos e a hidrografia local. Souza (2003) compartimentou a região de Macapá em três unidades geoambientais diferentes: terra firme, várzea e ressacas, conforme apresentado a seguir:

As terras firmes são terrenos de cota mais elevadas formadas pelos barracos e rios associados ao lotossolos, sobre a formação barreira, possuindo como principal característica a independentes do fenômeno de maré, onde o comportamento hidrodinâmico das marés está associado ao barramento do rio Amazonas. A região de terra firme apresentam altitudes entre 5 a 12 metros, o relevo plano e fracamente ondulado com baixa declividade.

As várzeas, ao contrário região de terras firmes, sofrem influência do comportamento hidrodinâmico das marés, visto que, apresentam cotas menos elevadas, próximas de 1 metro de altitude. As regiões de ressaca, e com destaque à ressaca do Pacoval, apresentam altitudes baixas, influenciadas diretamente pela maré, associadas aos solos orgânicos e constituída por sedimentos argilosos e argilo-arenosos de coloração cinza amarelada, contendo vegetais e restos orgânicos, com camadas arenosas subsuperficiais.

3.4.3 Hidrografia

Para entendermos melhor a área da ressaca do Pacoval, se faz necessário a análise dos principais fluxos de água que estão interligados com a mesma, já que a sazonalidade corriqueira das áreas úmidas da cidade geram reflexos quanto à dinâmica territorial de Macapá desde os seu povoamento.

Segundo a Agência Nacional de Águas (doravante ANA), o estado do Amapá possui o território compreendido entre 13 bacias hidrográficas, e que podem ser agrupadas em razão da

sua bacia de drenagem em: bacia do Amazonas, bacia do Guiana, bacia do Atlântico, bacia do Araguari e bacia do Jari. A ANA ainda afirma que 39% da área da bacia hidrográfica do estado pertencem à bacia Amazônica, enquanto o restante se incorpora ao trecho norte e nordeste do Atlântico Sul.

A cidade de Macapá está inserida na margem esquerda do baixo rio Amazonas, a cerca de 10 km de sua foz, no Oceano Atlântico. A ressaca do Pacoval está inserida na bacia do rio Curiaú, mais especificamente na micro bacia do canal do Jandiá e do igarapé da Fortaleza, e possui ligação direta com o canal do Jandiá, e este desagua diretamente no rio Amazonas (Figura 15).

Figura 15 - Mapa da rede de águas ligadas à ressaca do Pacoval.



Fonte: Autora (2016).

Essa estreita relação como rio Amazonas geram reflexos quanto ao processo de ocupação nessa área, pois a ressaca do Pacoval sofre interferência direta e intensa do comportamento hidrodinâmico associado à variação diária das marés. O comportamento hidrodinâmico das marés, aliado a distribuição de chuvas na cidade, são os principais

responsáveis pelas inundações nas ressacas, e a relação direta existente entre a ressaca do Pacoval – canal do Jandiá – rio Amazonas pode explicar esse fenômeno.

A influência advinda das marés do rio Amazonas tende a empurrar a água a vazante no canal do Jandiá, e durante a estação chuvosa, as águas pluviais na ressaca do Pacoval são suficientes barradas pela influência da maré, fazendo com que a água transborde sobre o canal para dentro da bacia. Nessa época, a inundação na ressaca do Pacoval pode chegar a mais de dois metros de profundidade.

Durante a estação seca, uma parte da ressaca do Pacoval tende a secar gradualmente pela evasão superficial através do canal do Jandiá, e mais tarde pela filtração para dentro dos solos aluviais subjacentes e a evaporação. Entretanto, a água bombeada pelas marés ainda entra no canal, mas sem o fluxo das chuvas, não há transborde de água para dentro da bacia da ressaca. Durante a estação seca, a lâmina de água pode cair a um metro abaixo da superfície, deixando-a exposta somente no canal do Jandiá e em algumas fendas na área da ressaca do Pacoval.

A ligação da ressaca do Pacoval com o canal do Jandiá, aliada a dinâmica das inundações na estação chuvosa geram reflexos na forma com é ocupada essa área, devido ao fato de que a construção de novas moradias nessa área serem feitas prioritariamente na estação seca, já que a construção de novas moradias com solo encoberto por água se torna mais complexa.

3.5 Meio biótico

Este tópico tem como objetivo fazer uma análise do meio biótico referente às áreas ressaca da cidade, com o intuito de fazer uma análise geral do quadro natural. Porém, tal aspecto será abordado de maneira concisa, pelo fato da inexistência de levantamento pormenorizado e serão apontadas as principais espécies da flora e da fauna encontradas nas ressacas, e como os referidos elementos tornam peculiar a paisagem urbana macapaense.

3.5.1 Fauna

No diagnóstico realizado por Maciel (2001) sobre as áreas de ressacas, a autora faz menção à presença de alguns animais já registrados tais como o ratodo-mato (*Signomys savannarum*) e arara azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*), e atual presença de mamíferos como morcegos; diversos insetos, onde se destacam várias espécies de escorpiões e aranhas; diversas espécies de anfíbios; diversas espécies de peixes, inclusive uma espécie até então não catalogado; e crustáceos como caranguejos e camarão. No que se refere à ressaca do Pacoval, a autora destaca a presença de sucuri e de jacu (*Penélope superciliaris*).

3.5.2 Flora

Segundo Costa Neto e Silva (2003) a cobertura vegetal nas áreas de ressaca é composta por floresta de várzea alterada com a presença de siriubal em frente à cidade. Ainda segundo os autores, a composição vegetal das ressacas pode ser classificada em duas categorias, sendo elas: Campo Herbáceo Periodicamente Inundado com presença de taxi (*Triplaris surinamensis* Cham.) e buriti (*Mauritia flexuosa*) e Campo Arbustivo periodicamente inundado com frequência de *Poaceae*, *Cyperaceae*, *Nymphaeaceae*, *Alismataceae*, (*Araceae* e *Maranthaceae*).

Em um estudo realizado por Thomaz *et al* (2003), os autores identificaram 45 famílias, 88 gêneros e 129 espécies, e afirmaram que a família com maior predominância nas áreas de ressaca é a *Cyperaceae*, com 20 espécies, seguida da família *Poaceae* (16), *Fabaceae* (10) e *Rubiaceae* (7). As espécies dominantes foram: *Eleocharis intesticta* (Vahl) Roem. e Schult (piripiri), *Thalia geniculata* L. (sororoca), *Sagittaria rhombifolia* Cham. (chapéu-de-couro), *Montrichardia arborescens* Schott. (aninga) e *Mauritia flexuosa* L. f. (buriti). As formas biológicas mais frequentes, com 78% de ocorrência, foram as anfíbias e/ou emergentes, caracterizando um ambiente marcado por uma sazonalidade bem definida.

Entre as ressacas de Macapá há diferenças e similaridades no que se refere à distribuição das espécies de plantas. Esse fato está relacionado às pressões antrópicas que cada ressaca sofre, além dos diferentes graus de poluição em cada uma delas padece, e a variação do nível médio da água nessas áreas ao longo do ano, já que mesmo na estação seca algumas ressacas continuam a ser alimentadas por água.

Figura 16 - Vegetação na ressaca do Pacoval. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

3.6 Meio urbano

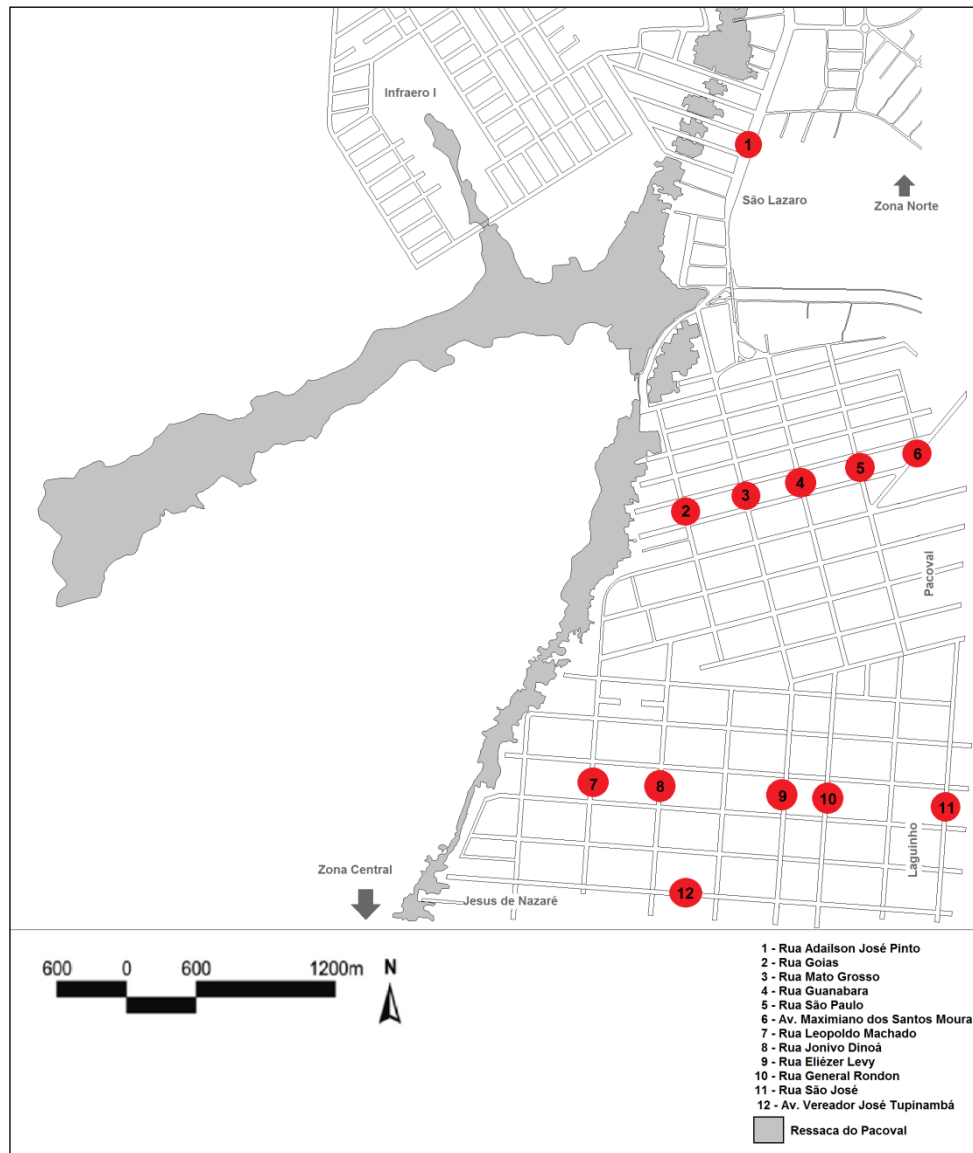
3.6.1 Mobilidade urbana

O conceito de mobilidade urbana, como atributo das cidades, é caracterizado pela facilidade com que pessoas e bens circulam no espaço urbano. Inclui todos os meios e serviços utilizados para realizar esses deslocamentos, quer sejam feitos por meios de transporte motorizados ou não-motorizados, quer por serviços coletivos ou individuais. O sistema de mobilidade urbana é, portanto, a maneira estruturada de organizar estes deslocamentos (BRASIL, 2006).

Foram identificadas, especializadas e caracterizadas algumas informações de caráter organizacional do sistema de mobilidade urbana na porção da cidade, na qual está compreendida a ressaca do Pacoval, além de serem mapeadas informações que se referem aos

meios de descolamentos da população no meio urbano. Para melhor entendimento, a priori será apresentado um mapa com as principais vias existentes nas imediações do local em estudo (Figura 17).

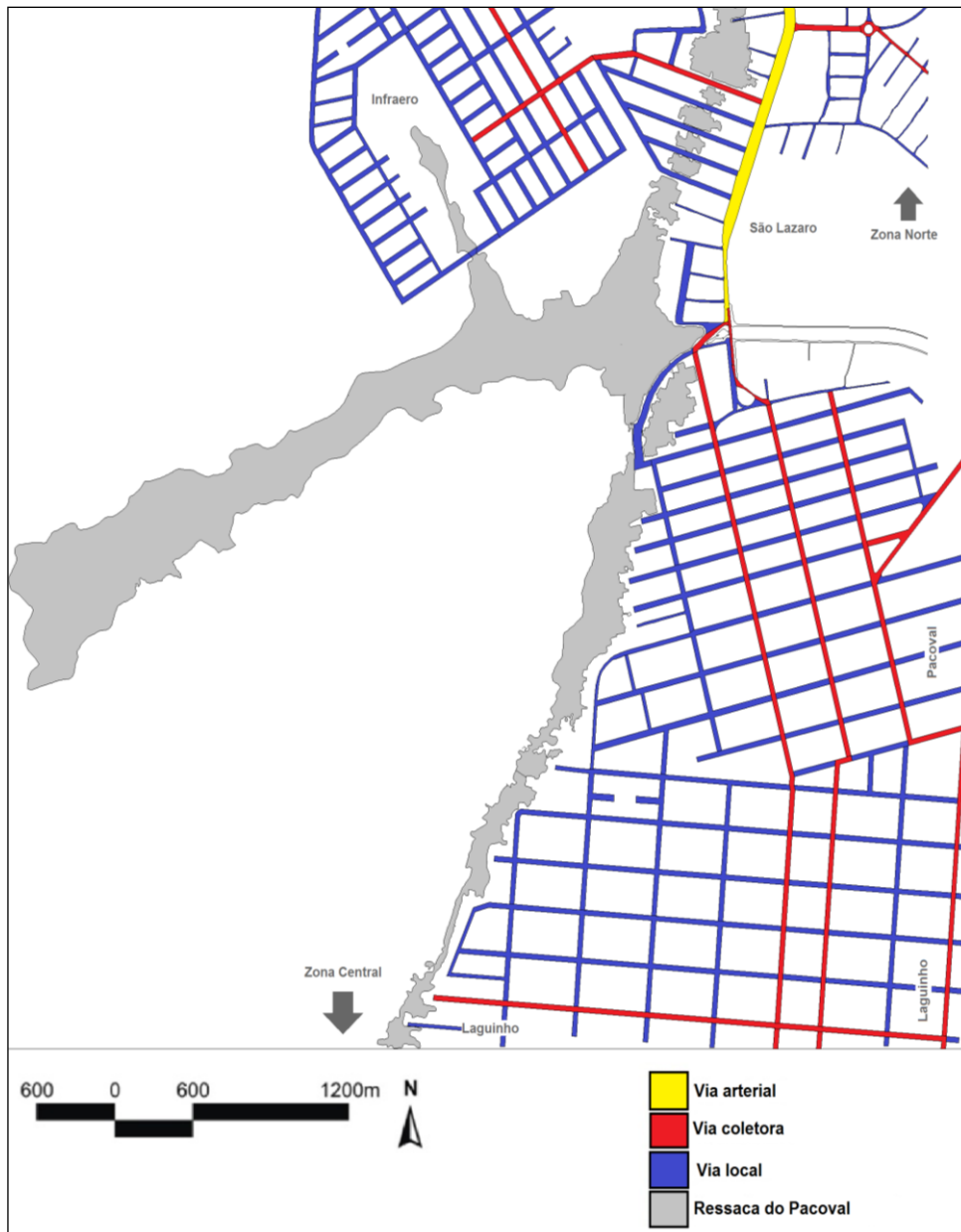
Figura 17 - Principais vias nas imediações da ressaca do Pacoval.



Fonte: Autora (2016).

Nas imediações da ressaca do Pacoval foram identificadas três categorias viárias, sendo elas: vias arteriais, vias coletoras e vias locais. E cada uma será caracterizada de acordo com a sua inserção no espaço compreendido (Figura 18).

Figura 18 - Mapa de hierarquia viária nas imediações da ressaca do Pacoval.



Fonte: Autora (2016).

Em uma sequência ascensionária, a primeira caracterização estabelecida será das vias locais das imediações da ressaca do Pacoval (Figura 19 – A e B). As vias locais nesse perímetro estão à direita da área de ressaca, no que se refere a área da ressaca compreendida nos bairros Pacoval e Jesus de Nazaré, e seguem o sentido oeste – norte, inseridas entre a ressaca do Pacoval e a ressaca do Nova Esperança. Como a maioria, essas vias finalizam em áreas úmidas, são ruas que não seguem possuindo nenhum tipo de ligação possível para

veículos motorizados, tendo apenas uma conectividade com as pontes das áreas de ressacas habitadas.

Figura 19 - Vias locais nas imediações da ressaca do Pacoval. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

Seguindo a sequência hierárquica estabelecida, nessa porção da cidade existem quatro vias coletoras – Rua Guanabara, Rua Mato Grosso, Rua São Paulo e a Av. Maximiano dos santos Moura – e todas fazem a ligação da área central de Macapá com a zona norte da cidade, desse modo, o fluxo de veículos é constante durante todo o dia (Figura 20 – A e B). Essas vias ainda concentram atividades de comércio e serviços públicos, o que acaba ocasionando o intenso trânsito de pessoas e veículos de transporte.

O último patamar da hierarquia viária estabelecido nas imediações da ressaca do Pacoval é a via arterial representada pela Rua Adailson José Pinto, localizada do bairro São Lazaro, e que mais adiante se transforma em BR 210. Essa via é a mais bem dotada de infraestrutura das já mencionadas, ela liga a zona mais habitada da cidade, zona norte, com os demais pontos, além de ser uma das principais saídas da cidade e, conseqüentemente, ligação com os demais municípios do estado.

Quanto ao transporte público coletivo, a população das intermediações da ressaca do Pacoval é atendida diariamente por mais de 18 linhas de ônibus municipais e uma linha intermunicipal, sendo esta a linha Macapá – Santana. A circulação do transporte público nessa área se concentra principalmente em três ruas: Guanabara, Mato grosso e São Paulo. Nessa

área há alguns problemas relacionados ao aparato do transporte público: o primeiro está relacionado ao período de espera de algumas linhas de ônibus e o segundo, na qualidade dos abrigos de parada de ônibus.

Figura 20 - Vias Coletoras nas imediações da ressaca do Pacoval. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

Quanto à organização da circulação dos meios de transporte motorizados nessa área, vale ressaltar que a maioria das vias é mão dupla, exceto a Rua Guanabara e a Rua Mato Grosso, que o fluxo é no sentido do centro para a zona norte e zona norte para a área central, respectivamente.

Na cidade de Macapá, uma grande parte da população de baixa renda tem como único meio de transporte a utilização da bicicleta, porém, a cidade não conta com estruturas de para ciclovias ou ciclo-faixas no perímetro urbano em análise. Nas calçadas, nota-se que, nessa área, elas não seguem um padrão, prejudicando a acessibilidade universal; e nas vias que concentram fortes atividades comerciais, as calçadas se tornam vitrines de exposição para os produtos comercializados, se apresentando, muitas vezes, como um obstáculo para os seus usuários (Figura 21 – A e B).

Com a presente análise, foi constatada que a malha urbana do perímetro onde a ressaca do Pacoval está inserida segue uma estrutura organizacional que prioriza o uso dos veículos motorizados particulares, seguindo o modelo das demais porções da cidade e dos grandes centros urbanos brasileiros. As conectividades viárias dessa área desconsideram a mobilidade

não-motorizada, dificultando, assim, o descolamento de pedestres e ciclistas, tornando nítida a ineficiência da função da mobilidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano.

Figura 21 - Calçadas como vitrine de mercadorias. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

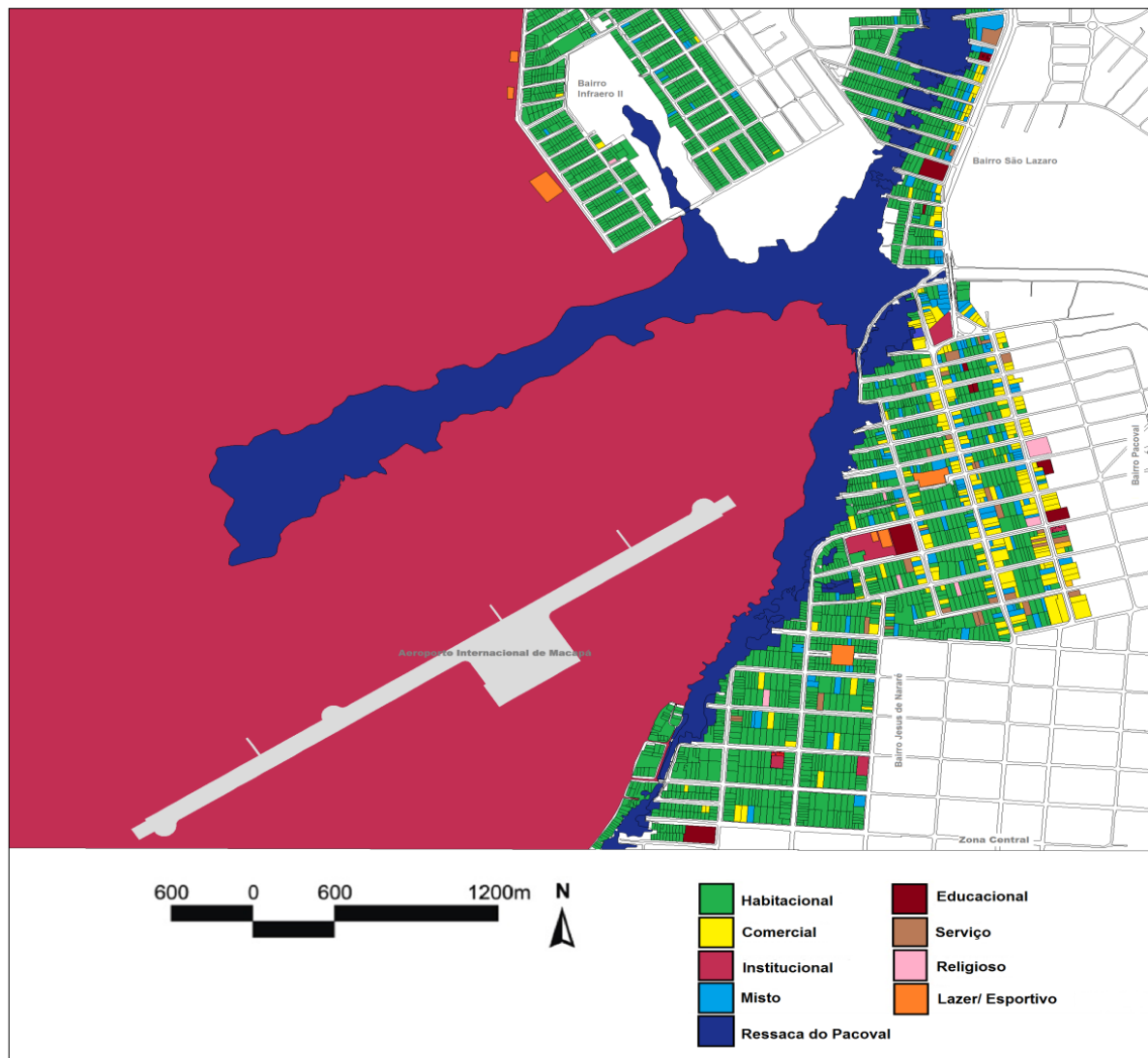
3.6.2 Uso do solo

O uso e ocupação do solo não é estático no tempo e no espaço, e a identificação e espacialização dos diferentes usos do solo urbano são de suma importância ao planejamento urbano, auxiliando o diagnóstico das cidades, haja vista que a cidade é um espaço dinâmico, resultante da atuação constante dos agentes produtores do espaço urbano, sendo o local que possibilita a maximização da reprodução capitalista. Ao mesmo tempo, é resultado do conjunto de práticas sociais, de fatores econômicos e políticos que se expressam no interior da sociedade.

O espaço onde está compreendida a ressaca do Pacoval é caracterizado pela multifuncionalidade. Nas suas imediações é predominante o uso para fins habitacionais, mas em algumas porções mesclam-se o uso comércio e de serviços. E a análise das formas de uso nessa área se faz necessário para a compreensão da organização e da dinâmica local, uma vez que o espaço é reproduzido diariamente.

A análise dos múltiplos usos do solo nas imediações da ressaca do Pacoval resultou o mapa a seguir (Figura 22). O trecho analisado compreende aproximadamente 700 metros lineares ao leste da ressaca estudada, e foram usadas as seguintes categorias de uso do solo: habitacional, comercial, serviço, institucional, educacional, lazer/esportivo, religioso e misto.

Figura 22 - Mapa de usos e ocupação do solo nas imediações da ressaca do Pacoval.



Fonte: Autora (2016).

Ao analisar o mapa, é possível observar que os usos do solo nas imediações da ressaca são mesclados, e ainda com mais intensidade no bairro do Pacoval. Entretanto, quanto mais próximo a borda área de ressaca, a predominância é o uso residencial, com o surgimento de alguns pequenos estabelecimentos comerciais, que são bem corriqueiros nessas áreas, devido ao grande contingente populacional que reside no local (Figura 23 – A e B).

Figura 23 - Uso do solo para fins comerciais e residenciais. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

No trecho analisado, as principais vias são as Ruas Guanabara e Mato Grosso, localizadas no bairro do Pacoval, e a Rua Adailson José Pinto, situada no bairro São Iazaro. As referidas ruas são as principais vias de conectividade entre a porção central e a zona norte de Macapá, e é possível constatar que nelas a predominância é o uso comercial do solo, e em seguida o uso misto, onde no mesmo lote são desenvolvidas atividades de comércio e habitação (figura 24 – A e B). Nessas vias há empreendimentos comerciais que vão desde a comercialização de alimentos e bebidas, até a comercialização de motocicletas e automóveis.

Figura 24 - Uso comercial e misto do solo. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

Nas proximidades na ressaca do Pacoval não existe uma grande variedade de usos institucionais, e o que ganha mais destaque é o Centro Integrado de Aplicação de Segurança Pública (doravante CIOSP), localizado na Rua Guanabara. Outra instituição que ganha

relevância neste contexto urbano é a feira do Pacoval, que funciona duas vezes na semana (terça-feira e quinta-feira) e resulta na movimentação de um grande fluxo de pessoas nessas áreas durante os dias de funcionamento (Figura 25 – A e B).

Figura 25 - Uso institucional do solo. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

Ao leste da ressaca do Pacoval, na porção situada no bairro Pacoval há, igualmente, o uso do solo para fins educacionais, religiosos e institucionais que atendem a população (Figura 26 – A e B). No mesmo bairro, a oeste, a ressaca faz limites com a área do INFRAERO, destinada como uma área de segurança para o pouso e a decolagens das aeronaves.

A área da INFRAERO acaba tornando-se uma barreira para o crescimento das ocupações no sentido oeste da ressaca do Pacoval. Nas imediações da ressaca do Pacoval, localizada no bairro Infraero II, a predominância é do uso habitacional, com poucos usos para fins comerciais, de serviços, ou mistos e não há usos do solo para fins institucional, educacional e de lazer.

A multiplicidade no uso e ocupação do solo nas imediações da ressaca do Pacoval é a causa e consequência da ocupação irregular nessa área. Na porção da ressaca mais próxima à área central da cidade, localizada nos bairros Jesus de Nazaré, Pacoval e São Lazaro há uma maior disponibilidade de serviços e equipamentos, o que justifica essa parte da ressaca ser mais ocupada que a porção localizada no bairro do Infraero II. Por outro lado, quando mais se

ocupa as áreas de ressaca, mais cresce a variação do uso do solo nas suas imediações, mais pessoas necessitam de serviços e, conseqüentemente, consomem mais produtos.

Figura 26 – Uso do solo para fins religioso e educacional. Figura A à esquerda e figura B à direita.



Fonte: Acervo da autora (2016).

A diversidade de usos do solo nas imediações da ressaca do Pacoval mostra a complexidade na sua organização espacial e na sua dinâmica territorial, ressaltando que este não é um espaço neutro e que seu uso se modifica constantemente.

3.7 Do diagnóstico ao projeto

No decorrer da discussão teórica e do diagnóstico realizado do objeto de pesquisa do presente trabalho, foram elencados vários elementos constitucionais referentes à universalidade ao acesso a diversos serviços, caracterizados como elementos essenciais. Entretanto, as análises efetivadas da área de ressaca do Pacoval e das suas imediações evidenciam que mesmo com todo aparato constitucional que garante o direito à moradia adequada à toda a população, as moradias da ressaca do Pacoval são caracterizadas pela insalubridade da infraestrutura habitacional, e comprovam a dificuldade da população dessa área em ter acesso a equipamentos e serviços públicos, tornando notório que o planejamento urbano exercido é pontual e focalizado, um reflexo do processo de reprodução do espaço urbano excludente em Macapá.

As ressacas de Macapá são territórios de ilegalidade e exclusão social, uma expressão da desigualdade, e tem como principal característica a ilegalidade fundiária e urbanística. De acordo com a conceituação e caracterização, grande parte das ressacas de Macapá é tida como favelas. Segundo o IBGE (2011), aglomerados subnormais (favela e seus assemelhados) são conceituados como:

Conjunto constituído por no mínimo 50 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos, em geral, de forma desordenada e densa e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada e que, quando da sua implantação, não houvesse posse da terra ou título de propriedade.

Para o UN-HABITAT, as favelas são:

assentamentos que carecem de direitos de propriedade, e constituem aglomerações de moradias de uma qualidade abaixo da média. Sofrem carências de infraestrutura, serviços urbanos e equipamentos sociais e/ou estão situadas em áreas geologicamente inadequadas ou ambientalmente sensíveis.

Ao analisar a evolução histórica das políticas de intervenção do Estado sobre as favelas, Bueno (2000) faz a classificação das principais tipologias de intervenção, sendo elas: desfavelamento (remoção ou erradicação), reurbanização e urbanização. E para o desenvolvimento da proposta urbanística para a ressaca do Pacoval, que objetiva a presente pesquisa, será adotado a tipologia de reurbanização, sendo que para a autora a reurbanização seria:

Aceitação da favela enquanto fenômeno urbano, mas não a aceitação da forma e da tipologia urbanística e habitacional que ela revela, levando à demolição da favela e à reconstituição de tudo no mesmo lugar, com um padrão urbanístico e arquitetônico semelhante à linguagem dominante. Este tipo de intervenção, a que denominaremos de reurbanização, também tem sido aplicado em favelas suscetíveis a maré e com problemas de inundação (BUENO, 2000, p. 162).

Bueno (2000) explica que há várias formas de reurbanização de favelas, que, em alguns casos, esse tipo de intervenção promove a demolição das moradias, o reparcelamento da área ocupada e a reconstrução das moradias, o que acaba por resultar em um padrão mais próximo do existente na cidade. Há registros de projetos de reurbanização que englobam

desde intervenções centradas na execução somente de saneamento básico, até projetos que focalizam na produção de moradias.

A escolha da reurbanização, como partido urbanístico nas políticas de intervenção de favelas, pode estar relacionada com a falta de aceitação da forma urbana da favela. Porém cabe ressaltar que a escolha da reurbanização nem sempre está associada a não aceitação da forma urbana da favela. É comum que condicionantes econômicos, financeiros, fisiográficos, urbanísticos, sociais e culturais determinem a escolha deste partido. Bueno (2000) atenta para o valor estético, arquitetônico e cultural das moradias nas favelas, propõe que se resgate a qualidade urbanística da forma urbana típica da ocupação e edificação de onde a favela está inserida.

4 O RECORTE NA RESSACA DO PACOVAL E SUA CARACTERIZAÇÃO

Após a efetivação do diagnóstico sobre a totalidade da ressaca do Pacoval, devido a questão de escala, foi selecionado um recorte da área para o melhor desenvolvimento da proposta de projeto de reurbanização. Portanto, neste capítulo serão apresentadas as informações referentes ao recorte da área e a sua espacialização, os seus acessos, a orientação do sol e da ventilação predominante na área, sua conformação do relevo, e findando com a caracterização dos moradores que residem nesta porção da ressaca em estudo.

As informações que serão apresentadas são de suma importância para a elaboração do programa de necessidades e a adoção do conceito da proposta de reurbanização.

4.1 Recorte da área

O recorte da ressaca do Pacoval, utilizado como base para o projeto de reurbanização, está localizado no bairro do Pacoval, compreendido de norte a sul entre as Av. Bahia e Av. Pernambuco, e de leste a oeste, entre Rua Goiás e a área da INFRAERO. O recorte possui aproximadamente 39.820 m², possuindo na área 79 moradias na área de ressaca (Figura 27).

Figura 27 - Recorte da ressaca do Pacoval.



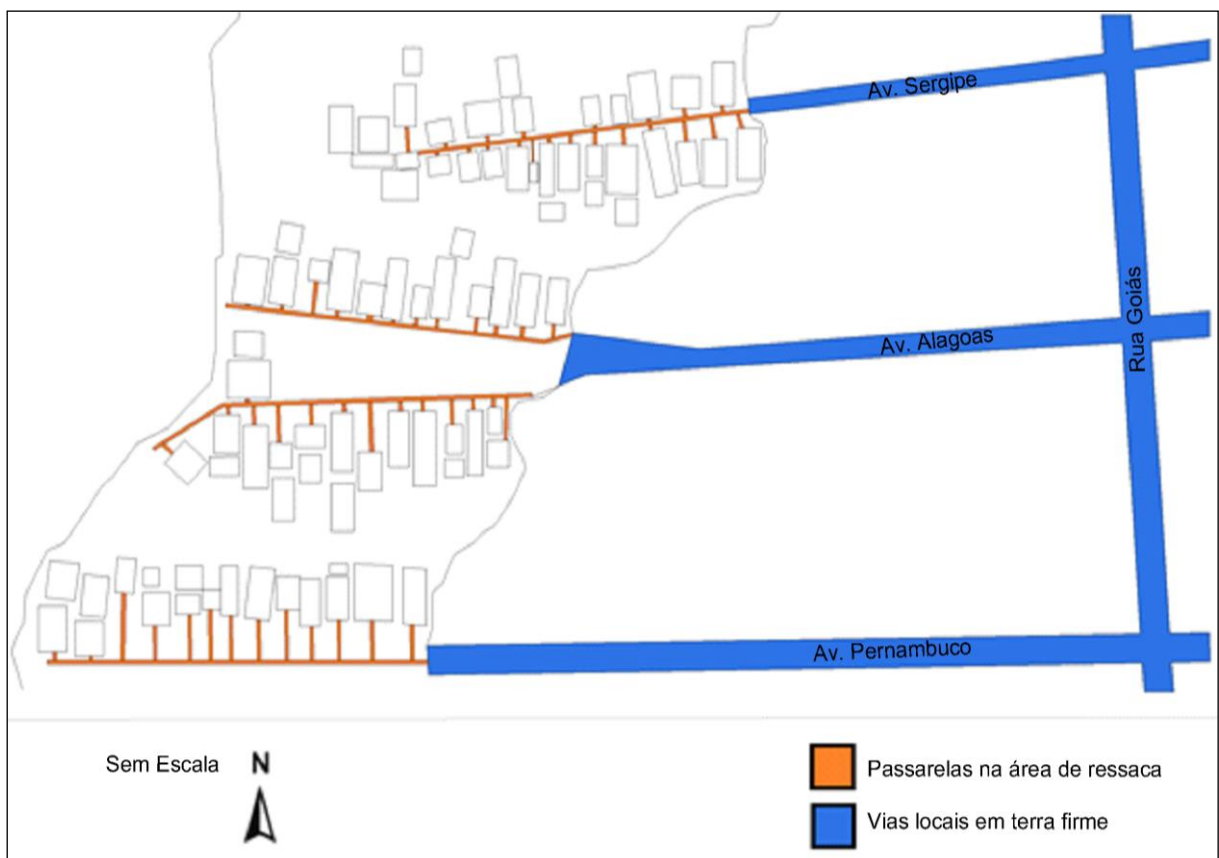
Fonte: Autora (2016).

Esta área foi selecionada como ponto de protótipo da reurbanização devido ao seu contingente populacional, haja vista que é uma das áreas mais ocupadas da ressaca do Pacoval, e pela sua localização dentro da própria ressaca. Nesse ponto, a ressaca faz limites com a área da INFRAERO, e o aumento das ocupações gera preocupação, já que essa área da INFRAERO tem como função assegurar que os pouso e decolagens das aeronaves no Aeroporto Internacional de Macapá ocorra com segurança.

4.2 Acessos

O acesso direto a moradias palafíticas do recorte estabelecido é efetivado através de passarelas de madeira e as passarelas são conectadas com vias locais em terra firme do bairro do Pacoval, sendo elas: Av. Sergipe, Av. Alagoas e Av. Pernambuco (Figura 28).

Figura 28 - Identificação das vias que dão acesso às moradias do recorte selecionado.



Fonte: Autora (2016).

As vias são pavimentadas, mas não contém nenhum tipo de sinalização (Figura 29 – A e B). A situação das passarelas no trecho analisado é consideravelmente razoável, se comparado ao estado de conservação das passarelas existentes em outros pontos da ressaca do Pacoval. Mas tal situação não deixa de gerar preocupações, pois ainda traz insegurança para os que transitam por elas. No que concerne às vias em terra firme que fazem o acesso a moradias situadas no recorte estabelecido, a situação é satisfatória. As vias são pavimentadas, mas não contém nenhum tipo de sinalização (Figura 29 – A e B).

Figura 29 - Passarelas (à esquerda, figura A) e vias em terra firme (à direita, figura B).



Fonte: Acervo da autora (2016).

4.3 Orientação do sol e dos ventos

A análise quanto à orientação solar e dos ventos é necessária para identificar se as edificações da área do recorte estão locadas de forma a obter o maior conforto térmico possível. Com a imagem abaixo é possível observar que grande parte das edificações nessa área está com suas fachadas principais voltadas para o leste e oeste e estão alocadas de modo satisfatório quanto à orientação da ventilação predominante (Figura 30).

Figura 30 - Orientação do Sol e dos ventos.

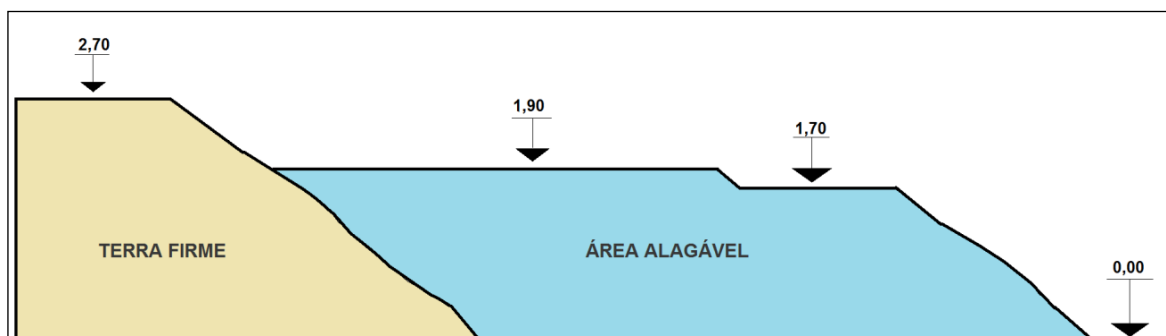


Fonte: Autora (2016).

4.4 Conformação do relevo

O recorte da área é caracterizado por duas conformações no relevo, sendo estas: a terra firme e a área alagável (Figura 31). A terra firme possui um relevo plano, com uma cota de 2,70 metros, já a área alagável possui cotas que variam entre 1,90 m e 1,70 m, configurando assim, uma diferença de mais ou menos 0,80 centímetros do nível da terra firme até o nível da área alagável.

Figura 31 - Corte do relevo.



Fonte: Autora (2016).

4.5 Caracterização da clientela

Para uma melhor elaboração do projeto de urbanização, no recorte da ressaca do Pacoval, é imprescindível conhecer a população que reside no local, assim como é necessário obter informações referentes às condições socioeconômicas dos moradores, os motivos que os levaram a morar no local, as atividades exercidas no local e quais são os principais problemas da área. Para a obtenção das seguintes informações foi empregado a metodologia de aplicação de questionários (Apêndice A).

As aplicações ocorreram entres os meses de julho e novembro de 2016. No recorte da área estabelecido para o desenvolvimento da presente proposta existem 79 edificações e foram aplicados questionários em 50 residências, totalizando assim, 63,29 % das edificações da área.

Os dados da aplicação dos questionários mostraram que a maioria dos habitantes dessa área é do sexo feminino, 61%, com a faixa etária entre 18 e 33 anos. A idade dos moradores variam entre 0 meses e 73 anos. A aplicação dos questionários evidenciou que grande parte dos moradores são oriundos de outros estados, 64%, e que 12% são de outros municípios do estado do Amapá, e os demais, 24%, se refere a moradores oriundos de outros bairros de Macapá. A pesquisa também mostrou que 94% dos moradores procedentes de outros bairros, já moravam em áreas de ressaca antes de se instalarem na ressaca do Pacoval.

Segundo os moradores vindos de outros estados e dos demais municípios do estado do Amapá, o principal motivo para a vinda à capital, Macapá, foi a busca por emprego e melhor qualidade de vida. Nessa perspectiva, aliado ao baixo custo da moradia e a proximidade com lugares onde possuíam e/ou possuem vínculo empregatício, eles se instalaram na área de ressaca. Em relação à renda, as respostas dadas aos questionários evidenciam que a renda familiar média nessa área é de até um salário mínimo (R\$ 880,00), e é proveniente da contribuição de mais de um integrante da família.

No que refere ao quantitativo de pessoas que moraram nas habitações, em 12% das moradias residem entre uma a três pessoa, em 42% residem entre quatro a seis pessoas, em

38% residem entre sete a nove pessoas, e em 8% das moradias residem mais de nove pessoas. Quanto à aquisição, 32% das moradias são provenientes de invasão da área e 18% são provenientes de compra no mercado informal. Ainda no que diz respeito às moradias, 86% das moradias são consideradas próprias, 10% alugada e 4% cedidas.

Quanto aos usos do solo na ressaca do Pacoval, 98% das edificações possuem apenas finalidade de moradias e 2% mesclam a finalidade de moradia com a comercial. Nas edificações que mesclam o uso do solo, são encontradas comercialização de produtos alimentícios e vestimentas, há, também, prestação de serviços de corte e costura e cuidados pessoais.

Os principais problemas das moradias elencados pelos moradores dessa área estão relacionados às instalações sanitárias e ao conforto térmico. E com relação à infraestrutura urbana, os principais problemas são a precariedade, a coleta dos resíduos sólidos e a segurança na área. Outra necessidade detectada, através de conversa com os moradores, é a falta de disponibilidade de ambientes coletivos para as funções de lazer.

5 O PROJETO DE REURBANIZAÇÃO PARA A RESSACA DO PACOVAL

Este capítulo contém as informações referentes à proposição projetual para a ressaca do Pacoval, e buscou-se uma intervenção que vislumbresse a melhoria das condições de vida da população local. Esta intervenção é materializada pela proposta de reurbanização no imo da ressaca onde está localizado o aglomerado de residências. Nesse contexto, a intervenção tornase o caminho que evidencia o ajuste entre a realidade no habitar ilegalmente nessa área e a sobreposição do direito à universalização do acesso a todos os serviços considerados essenciais.

As ideias expostas a partir daqui são resultado direto do ato criativo, combinado com as informações contidas sobre a reprodução do espaço urbano em áreas irregulares, nas espacializações e nos mapeamentos das informações referentes à ocupação na ressaca do Pacoval adquiridas no capítulo de diagnóstico da ressaca e a caracterização do recorte estabelecido, e nas ideias desenvolvidas, que conforme as necessidades apreendidas passam por adequações pertinentes. Deste modo, serão apresentadas as premissas e temas projetuais, o programa de necessidades urbano, as diretrizes projetuais, as abordagens sobre a proposta de urbanização e a especificação dos principais pontos da proposta de reurbanização. Concisamente, serão apresentados os elementos formadores e norteadores da proposta e a hipótese de micro definição de uma forma adequada de habitar na área em foco.

5.1 Premissas e tema projetual

Nesta pesquisa, as condições de habitação na ressaca do Pacoval não são tratadas apenas como um problema de moradia, mas enfrentada como um problema de urbanismo. Desta forma, na intervenção proposta a moradia não é o foco principal, e as soluções propostas vão além da provisão habitacional. A proposta é de levar a cidade até esta área, trata-se de construir a cidade onde já existe habitação, integrar a ressaca ao bairro, introduzindo valores urbanísticos da cidade formal. Devido a tais circunstâncias, a tipologia

adotada para a intervenção do objeto em discussão foi a reurbanização, que visa todo uma reformulação de caráter urbano, social e ambiental na área.

Mas cabe ressaltar que não se objetiva levar a regulamentação fundiária para esta área, pois ela exerce uma função importantíssima para o meio natural e urbano. Uma das premissas norteadoras desta pesquisa é a de que o Estado não tem condições de remover toda a população que habita nas ressacas do município, devido a diversos fatores políticos e econômicos, porém, não se devem desconsiderar o quantitativo populacional que vivem nas ressacas e as condições de ocupações dessas áreas. A premissa norteadora seguinte é a de que os problemas sociais e ambientais recorrentes nas áreas de ressaca, não são decorrentes apenas da ocupação humana nas áreas, e sim, pela forma como é concretizado tal ocupação.

O tema projetual é a finalidade específica ou predominante que serve de motivo para a elaboração do projeto (NEVES, 1998). Nesse sentido, o projeto de reurbanização aqui proposto, se desenvolve de maneira que haja uma interação maior entre o espaço habitado da ressaca do Pacoval e os bairros nos quais ela se insere; que haja um planejamento para a integração da área e a promoção de infraestrutura capaz de minimizar a problemática de habitação e, conseqüentemente, os problemas sociais e ambientais dessa área; que exista o fornecimento de qualidade ao espaço, onde as pessoas não sejam excluídas; e que com o projeto haja mudanças nos paradigmas referentes às características e a qualidade de vida da população residente nas porções ilegais das cidades.

5.2 Programa de necessidades urbano

O programa traduz sob a forma de elementos os espaços onde se desenvolverão as funções e atividades previstas para o tema projetual, levando em conta as características dos futuros usuários (NEVES, 1998). Assim, o programa principal do projeto de reurbanização desenvolvido busca atender os principais reclames sociais da população que reside no local e busca da universalização ao acesso de serviços essenciais. A reurbanização busca a integração dos habitantes com a ressaca, entre a área de ressaca e as demais porções da cidade de Macapá, e entre os próprios moradores da ressaca do Pacoval.

Na tabela abaixo estão os elementos do programa da proposta de reurbanização, com suas respectivas descrições (Tabela 1). Porém, cabe ressaltar, que alguns dos elementos citados possuem programas próprios e posteriormente descritos.

Tabela 1 - Programa de necessidades urbano.

Nº	AMBIENTES	DESCRIÇÃO
1	Habitações	Ambientes fechados, destinado à moradia e todas as atividades exequíveis para essa função.
2	Passarelas Coletoras	Ambientes abertos destinados a estabelecer a conectividade direta entre as vias de terra firme e a outros pontos da ressaca.
3	Passarelas Locais	Ambiente aberto destinado a fornecer acesso direto das residências às passarelas principais.
4	Espaços de Convívios	Ambiente aberto localizado ao longo das passarelas e destinado à interação social e lazer.

Fonte: Autora (2016).

5.3 Conceito

O conceito é a definição resultante da finalidade para a qual o que irá ser projetado vai servir, sendo o resultado da interpretação do objetivo e da função ou funções decorrentes das principais atividades a serem exercidas nos espaços (NEVES, 1998). Nesse sentido, o projeto, aqui desenvolvido, possui o objetivo principal de integração. Um projeto de reurbanização de cunho habitacional que visa integrar a porção ilegal e irregular da cidade à porção legal de Macapá, explorando todas as possibilidades para atender as necessidades básicas cotidianas dos habitantes da área, promovendo a minimização da exclusão.

No que concerne aos parâmetros estético, a proposta de reurbanização apropria-se do conceito de regionalismo crítico, sendo consequência de argumentos fenomenológicos. A ênfase da proposta está na topografia, no clima, calcada no estudo sobre as tradições locais do morar em palafitas. Em termos mais concisos, a proposta de reurbanização é uma manipulação dos elementos vernáculos locais, com técnicas projetuais e materiais modernos, e teve a criação de espaços e volumes vinculados com práticas internacionais atuais.

5.4 Abordagens sobre a proposta de urbanização

As ideias dispostas nos tópicos anteriores a partir daqui ganham formas e se planificam, se transformando nas soluções encontradas para as problemáticas do presente projeto. Serão apresentadas as propostas referentes às habitações; às passarelas e à infraestrutura para o abastecimento de água, energia elétrica e a coleta do esgoto doméstico; aos espaços de convívios; e à organização do arranjo espacial no recorte estabelecido da ressaca do Pacoval.

5.4.1 Habitações

5.4.1.1 Conceito e programa arquitetônico

A produção de novas habitações no projeto de reurbanização se faz necessário devido à precariedade das edificações na área em estudo, que refere à arquitetura e à engenharia. A tipologia palafítica foi escolhida para o desenvolvimento das propostas de moradia, porém, cabe ressaltar, que a escolha desta tipologia está diretamente relacionada aos fatores fisiográficos da ressaca, e ao valor estético e arquitetônico da edificação em palafita, além da consequente preservação dos aspectos culturais da moradia ribeirinha amazônica e a riqueza estética que a ela oferece para o cenário urbano.

Com as informações obtidas através do diagnóstico da área e a aplicação de questionários, foram desenvolvidos três programas de necessidades de habitações para a área (Tabela 2). Essa variedade de modelos busca suprir as necessidades dos moradores a partir das atividades exercidas na habitação, e o número de moradores que residem em cada uma.

Tabela 2 - Programas de necessidades das habitações.

SETORES	PROGRAMA 1	PROGRAMA 2	PROGRAMA 3
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Varanda social • Área para ajardinamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Varanda • Área para ajardinamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Varanda 1 • Área para ajardinamento

	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de estar • Banheiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de estar • Banheiro 1 	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de estar • Banheiro 1
Íntimo	<ul style="list-style-type: none"> • Dormitório 1 • Dormitório 2 • Varanda íntima 1 • Varanda íntima 2 	<ul style="list-style-type: none"> • Dormitório 1 • Dormitório 2 • Dormitório 3 • Sacada 1 • Sacada 2 • Banheiro 2 	<ul style="list-style-type: none"> • Dormitório 1 • Dormitório 2 • Dormitório 3 • Dormitório 4 • Varanda 2 • Sacada 1 • Sacada 2 • Banheiro 2
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Área de serviço • Copa-cozinha 	<ul style="list-style-type: none"> • Área de serviço • Copa-cozinha • Sala Comercial 	<ul style="list-style-type: none"> • Área de serviço • Copa-cozinha

Fonte: Autora (2016).

A principal diferença entre os programas elaborados é a sua capacidade de atender a quantidade de moradores de cada família, e o caso do programa 2, que é de uso misto e conta com uma sala comercial, destinadas para o exercício das atividades comerciais e de serviços que são oferecidas por algumas famílias da área em estudo. O programa 1 é destinado para famílias com até cinco integrantes; o programa 2 é destinado para famílias com até sete integrantes, e para famílias que exerçam alguma atividade comercial na área; e o programa 3 é destinado para famílias com mais de oito integrantes.

5.4.1.2 Modelos

Os modelos gerados possuem simplicidade na organização espacial dos ambientes, o que é característico da tipologia de habitação palafítica, e podem ser visualizados nas pranchas 1, 2, 3, 4 e 5. O primeiro programa de necessidades resultou em uma edificação térrea com 94,4 m², o segundo e terceiro geraram edificações de dois pavimentos, contendo 149, 15 m² cada.

5.4.2 Saneamento básico

A qualidade da prestação do serviço de saneamento básico é uma das maiores e mais complexas problemáticas relacionadas à ocupação das ressacas. Para solucionar tal

problemática, possui caráter social e ambiental, foi pensado uma maneira segura e eficaz de aumentar a qualidade na prestação do serviço que já é ofertado, o caso do abastecimento de água; levar o abastecimento formal de energia elétrica às residências, pois ele é efetivado de maneira clandestina na área; e realizar com segurança o serviço de coleta e tratamento do esgoto doméstico das residências do recorte da ressaca em estudo, este é o único serviço que há uma total carência nas residências da área.

Foi percorrida uma estrutura que não afetasse com grande impacto a ressaca, mas que pudesse exercer com segurança a função de induzir a cada residência os serviços básicos. Dessa maneira, surgiu a ideia de acoplar as tubulações (de água, esgoto, energia elétrica) nas passarelas de circulação. A proposta pode ser visualizada na prancha 6.

5.4.3 Arranjo espacial e conexões viárias

Do ponto de vista técnico, o arranjo espacial nas ressacas é marcado por uma “confusão”, principalmente no que se refere à disposição das passarelas, o que acaba dificultando o acesso à área por pessoas que não residem no local, dificultando, assim, a relação e a integração dessas áreas com as demais porções da cidade.

A posposta foi de uma reorganização espacial na área em estudo, um ordenamento técnico que vislumbrou um melhor uso dos espaços. Desse modo, a área foi dividida em quadras, e as edificações foram dispostas de maneira a haver espaços abundantes entre uma edificação e outra, no mínimo 7 metros e no máximo 15 metros. Os espaços entre as edificações possibilitam o crescimento de vegetação, aumenta a circulação dos ventos no local e diminui o risco de acidentes, como o caso de incêndios coletivos, já que essa é uma das grandes preocupações nas áreas de ressaca, tendo em vista que as moradias são quase sempre muito próximas umas das outras. Esta organização espacial está apresentada na prancha 8.

O diagnóstico efetivado da área mostrou que uma grande parcela dos moradores da ressaca do Pacoval tem como meio de transporte as bicicletas, e, alguns casos, motocicletas.

Desta forma, foi realizada uma hierarquização de vias na ressaca como há na porção de terra firme da cidade, como vias coletoras e vias locais.

As passarelas coletoras, onde transitarão pedestres e ciclistas, possuem 4,50 metros de largura, possibilitando o trânsito confortável de um ciclista e dois pedestres simultaneamente, e leva as pessoas da borda ao interior da ressaca. As passarelas locais possuem 2,70 metros de largura, e possibilitam o trânsito confortável de dois pedestres simultaneamente. A pretensão é que com o dimensionamento das passarelas, a partir da sua hierarquia, o deslocamento na área seja realizado com mais conforto e segurança, promovendo também uma maior acessibilidade ao local. O projeto das passarelas pode ser visualizado na prancha 6.

5.4.4 Espaços de convívio

A população da área em estudo carece de infraestruturas relacionadas ao lazer. A proposta de reurbanização contemplou a criação de espaços públicos abertos que possibilita o convívio e a interação social entre a população do recorte estabelecido da ressaca do Pacoval. Essa proposta busca promover a integração entre o homem e a natureza, e trazer de volta a relação de homem e espaço público que vem se perdendo no modo de vida da contemporaneidade, e está apresentada na prancha 7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perpetuação da exclusão e da segregação são quase como uma verdade absoluta no que diz respeito à construção das cidades e à reprodução do espaço urbano no cenário nacional. A forma como se desenvolve a urbanização no Brasil resulta em problemáticas urbanas referentes ao acesso à moradia e o direito à cidade, e o contraste na organização espacial e social das cidades. Desse modo, a maneira mais eficaz para sanar tais problemáticas seria promover o direito urbanístico a toda a população, mas enquanto não houver mecanismos eficazes que permitam a aplicação do acesso à terra e à moradia a todos, o contraste socioespacial continuará como uma das principais características do panorama nas cidades do país.

Enquanto não houver a reforma urbana, não haverá mudanças na reprodução do espaço urbano do país, e é neste momento que surge a necessidade de uma proposição projetual, tendo como objetivo minimizar as referidas problemáticas, levando um equilíbrio entre a situação de ilegalidade no morar e a qualidade do morar nessas áreas, promovendo uma integração entre as porções ilegais e irregulares à porção legal a cidade, vislumbrando sua significativa importância ao natural, cultural e histórico para a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, H. P. da F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, p. 43-59, n. 1, jan-jun.2006.

AGUIAR, J.S.; SILVA, L.M.S. Caracterização e Avaliação das Condições de Vida das Populações Residentes nas Ressacas Urbanas dos Municípios de Macapá e Santana. p. 165-236. In: TAKIYAMA, L.R.; SILVA, A.Q. da (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**, Macapá-AP, CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, p.165-230, 2003.

AMAPÁ, Governo do Estado. Lei n. 0835, de 27 de maio de 2004. **Dispõe sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de “ressacas” e várzeas localizadas no estado do Amapá e dá outras providências.** Diário Oficial [do] Estado do Amapá, Macapá, n. 3286, 27 mai. 2004.

_____. Governo do Estado. **Constituição do Estado do.** Promulgada em 20 de dezembro de 1991. Disponível em: < <http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=indconst> > Acesso em: 05 de agosto de 2016.

_____. Governo do Estado do. Lei nº. 0455, de 22 de julho de 1999. **Dispõe sobre a delimitação e tombamento das áreas de ressaca localizadas no estado do Amapá e dá outras providências.** Diário Oficial [do] Estado do Amapá, Macapá, n. 2099, 23 jul.1999.

BECKER, B. K. **Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?.** Revista Parcerias Estratégicas, nº 12, p. 136 – 159. 2001.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário.** São Paulo: AnnaBlume/Fapesp. 2007.

BRASIL. **Ministério das Cidades. Mobilidade e desenvolvimento urbano.** Ministério das Cidades, Secretaria de Transporte e da Mobilidade Urbana. – Brasília: MCidades, 2006.

BRASIL, República Federativa do. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.** Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6938.htm> > Acesso em: 05 de agosto de 2016.

_____. Lei 7.783, de 28 de junho de 1989. **Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7783.htm > Acesso em: 26 de agosto de 2016.

_____. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm > Acesso em: 27 de agosto de 2016.

_____. República Federativa do. Decreto nº 517, de 8 de maio de 1992. **Regulamenta o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e regula a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS.** < Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0517.htm > Acesso em: 08 de agosto de 2016.

_____. República Federativa do. Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. **Dá nova redação ao § 1º do art. 3º aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8387.htm > Acesso em: 08 de agosto de 2016.

_____. República Federativa do. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/11445.htm > Acesso em: 26 de agosto de 2016.

_____. República Federativa do. Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112651.htm > Acesso em: 04 de agosto de 2016.

BUENO, L. M. de M. **Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização de favela.** Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão. In.: CARLOS. A.F. A; SPOSITO, M.E.B (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA NETO, S. V.; SILVA, M. S. Relatório técnico de vegetação. In.: **Zoneamento ecológico-econômico do setor costeiro estuarino do Estado do Amapá.** Macapá: IEPA/CPAQ, 2003.

ENGLS, F. **Para a questão da habitação.** Publicado pela primeira vez no jornal Volksstaat, nºs 51,52,53,103 e 104, de 26 de junho, 3 de julho, 25 e 20 de dezembro de 1872; nºs 2, 3, 12,13, e 15, de 4 e 8 de janeiro, 8, 12, 19 e 22 de fevereiro de 1873; e em três separatas, em Leipzig, em 1872 e 1873. Fonte: Obras escolhidas em três tomos. Editorial: Avante. Publicado segundo o texto da edição de 1887.

FERNANDES, E; VALENÇA, M. M. **Brasil Urbano.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FERNANDES, E. Cidade legal x ilegal. In.: VALENÇA, M. M. (org.). **Cidade (i)legal.** Rio de Janeiro: Mauad, 2008 a.

_____. Do código civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetórias do direito urbanístico no Brasil. In.: VALENÇA, M. M. (org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008 b.

_____. Reformando a ordem jurídico-urbanística no Brasil. In.: VALENÇA, M. M. (org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008 c.

FIGUEROA, S.N.; NOBRE, C.A. **Precipitations distribution over Central and Western Tropical South America**. Climanálise: Boletim de Monitoramento e Análise Climática, v.5, n.6, p. 36 - 45, 1990.

GIRELLI, C.C. **Ocupações irregulares em áreas úmidas**: Análise da ocupação na ressaca Chico Dias e as consequências para o ambiente urbano. Macapá. Dissertação de Mestrado - Direito Ambiental e Políticas Públicas, Universidade Federal do Amapá, 2009.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEX Ltda., 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo : Annablume, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010, primeiros resultados: aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro, 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2001.

MACAPÁ, Prefeitura Municipal de . Lei nº 0948, de 17 de janeiro de 1999. **Dispõe sobre a Lei de proteção, controle, conservação e melhoria do meio ambiente no município de Macapá e dá outras providências**. Diário Oficial [do] Município de Macapá, nº. 421, 18 jan.1999

_____. Prefeitura Municipal de. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**, 2004.

_____. Prefeitura Municipal de. Lei complementar nº 029 de julho de 2004. **Institui as normas de uso e ocupação do solo no município de Macapá e dá outras providências**. 2004.

MACIEL, N. C. **Relação de documentos da coordenadoria de recursos ambientais referentes ao período de 2001**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Macapá: SEMA, 2001.

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**: metrópoles brasileiras. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v.14, n.4, p. 21-33, 2001.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In.: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, v. 48, nº 17, p. 151-167, 2003.

_____. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In.; **Urbanização brasileira: redescobertas**. CASTRIOTA, L.B. (org). Belo Horizonte: editora Arte, 2003.

MARTINE. G. Internal migrations in Brazil. In, C.B. Nam, N.J. Serow and D.F. Sly (eds.). **International handbook on internal migrations**. Greenwood Press, inc. Westport, p. 31-46, 1990.

_____. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Documento de Trabalho – nº 11, ISPN, abril, 1992.

MATOS. R. **Migração e urbanização no Brasil**. Revista do departamento de geografia e do departamento de pós-graduação em geografia. IGC- UFMG. Belo Horizonte, janeiro – julho, p. 07-23, 2012.

MATTOS, C. M. **Doutrina política de potência**. In **Revolução e Evolução**. AERP, 1970.

_____. **Geopolítica – a geopolítica e a teoria da forma e do espaço dos estados**. Biblioteca do Exército, 1976.

_____. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

NERI, S. H. A. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para a identificação de comunidades expostas à hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana**. Dissertação de mestrado. UNB, Brasília, 2004.

NEVES. L.P. **Adoção do Partido na arquitetura**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. 1998.

OLIVEN. R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: E Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010.

OLIVEIRA. A. M. **Um sonho de grandeza no Brasil da ditadura: a ideologia geopolítica de desenvolvimento do general Carlos de Meira Mattos (1964-1974)**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, v.6, n.2, p. 255-281, julho – dezembro, 2015.

PORTO, J. L. R. **Os territórios federais e a sua evolução no Brasil**. Revista Presença. Porto Velho. n 16, 2000.

_____. **(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais**. Macapá: Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4).

_____. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943 a 2000)**. 2ª edição. Macapá: Jadson Porto, 2007.

RIBEIRO, W. **Novos Centros, Novas Centralidades, Novas Diferenças**. Geografia: 55-74 janeiro - abril, 2004.

ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e planejamento urbano para o país - avanços e desafios. In: IPEA. **Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**. 12, fev.

2006. Disponível em: < <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicaspdf> > Acesso em: 10 de agosto de 2016.

_____. **O direito à moradia no Brasil e no mundo.** Entrevista concedida a Manoel Lemes da Silva Neto. 26 de agosto de 2008.

_____. **Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes.** In.: Emetropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. nº 5, junho de 2011.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 1ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS FILHO, H. **Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-AP utilizando imagens do satélite CBERS-2B.** Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. 2011.

SILVA, A. Q. **Aspectos da ocupação das áreas urbanas de Macapá e Santana.** In: WORKSHOP ECOLAB. Macapá, p.49-52. 2000.

SILVA, A. Q.; SILVA, U.R.L. **Aspectos da ocupação das áreas de ressacas na cidade de Macapá.** VII Simpósio de Geologia da Amazônia, Belém, Pará, Brasil, 04-09 de novembro, 2001.

SOUZA, J. S. A. **Qualidade de vida urbana em áreas úmidas: ressacas de Macapá e Santana -AP.** Dissertação de mestrado. Brasília, CDS/UNB, 2003.

TAVARES. J. P. N. **Características da climatologia de Macapá-AP.** Revista Caminhos de Geografia. Uberlândia, v. 15, nº 50, p. 138–151, 2014.

THOMAZ, D. O.; COSTA NETO, S.V.C.; TOSTES, L. C. L. Inventário florístico das ressacas das bacias do igarapé da Fortaleza e do rio Curiaú In.: TAKIYAMA, L. R.; SILVA A. Q. (Orgs.) **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú.** Macapá: IEPA- CPAQ/SEMA- DGEO, 2003.

UN-HABITAT. **Global Report on Human Settlements: enhancing urban safety and security.** Nairobi, 2007.

UNITED NATIONS. Committe on Economical, Social and Cultural Rights. General **Comment N° 04: The right to adequate housing** (Art.11, Para.1). Geneva, 1991. Disponível em: < <http://www.unhchr.ch/%20tbs/doc.nsf/0/469f4d91a9378221c12563ed0053547e> >. Acesso em 15 de agosto de 2016.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NO RECORTE DA RESSACA DO PACOVAL

INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO

Nome:	
Idade:	Sexo:
Local de Origem:	
Estado Civil: () Casado (a) () Solteiro (a) () Divorciado (a) () Viúvo (a)	

1. Escolaridade:

- Não Alfabetizado
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Outros

2. Atualmente você é?

- Assalariado (carteira assinada)
- Desempregado
- Estudante
- Autônomo
- Outros

3. Há quanto você reside na área?

- Menos de 3 anos
- De três a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- de 10 a 15 anos
- De 15 a 20 anos
- Mais de 20 anos

4. Antes de morar aqui, onde você morava?

- Outro bairro
- Outra cidade
- Qual bairro ou cidade? _____

5. O que levou você a morar neste local?

6. Qual o maior problema que você encontra em morar neste local?

7. Quantas pessoas residem com você?

- Nenhuma
- 1 - 3
- 3 - 6
- 6 - 9
- Mais de 9

8. Qual a renda familiar mensal?

- Menos de 1 salário mínimo
- De um a dois salários mínimos
- De dois a cinco salários mínimos
- Prefiro não declarar

9. Com quem você mora?

- Pais
- Cônjuge
- Filhos
- Amigos
- Outros

10. Principais meios de transporte utilizados pelos moradores?

- Transporte público (ônibus)
- Transporte privado. Quais? _____